

CONHECIMENTO

NO RITMO
DO PAULO

GRADUAÇÃO EAD SENAC
CONQUISTE SEU DIPLOMA
ESTUDANDO ONDE
E QUANDO VOCÊ QUISER.

Descontos especiais para comerciários e seus dependentes*.

www.ead.senac.br/graduacao



FECOMERCIO SP

PRESIDENTE **Abram Szajman**

SUPERINTENDENTE **Antonio Carlos Borges**

Todos os direitos patrimoniais relativos ao conteúdo desta obra são de propriedade exclusiva da FecomercioSP, nos termos da Lei n.º 9.610/98 e demais disposições legais aplicáveis à espécie. A reprodução total ou parcial é proibida sem autorização.

TUTU

www.agenciaturu.com.br

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar
CEP 04122-000
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE CONTEÚDO **André Rocha**

GERENTE DE CONTEÚDO **Fernando Sacco**

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Lucas Mota MTB 46.597/SP

EDITORA-ASSISTENTE **Iracy Paulina**

REPÓRTER **Filipe Lopes**

FOTOS **Christian Parente e Folha Press**

ESTAGIÁRIOS **Priscila Oliveira e Diogo Quinto**

REVISÃO **Flávia Marques**

DIRETORES DE ARTE **Clara Voegeli e Demian Russo**

EDITORA DE ARTE **Carolina Lusser**

DESIGNERS **Lais Brevilheri, Paula Seco e Cintia Funchal**

ASSISTENTES DE ARTE **Tiago Araujo e Pedro Silvério**

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

Caco Galhardo, Fábria Galvão, Fabio Giambiagi, Fabiola Perez, Guilherme Meirelles, Herbert Carvalho, Iracy Paulina, Marleine Cohen, Renato Galeno, Rodrigo Zeidan, Roseane Santos, Rubens Medrano e Théo Saad

FALE COM A GENTE publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO **Pigma**

PUBLICIDADE **Lemídia** | Tel.: (11) 3078.5840
atendimento@lemidia.com

DISTRIBUIÇÃO EM BANCAS E REDES DE LIVRARIAS

Total Publicações (Grupo Abril)

Edicase Gestão de Negócios

Senac | Sesc | F&CSP

AQUI TEM A FORÇA DO COMÉRCIO



PB | #445

Esmiuçamos os resultados de diferentes metodologias que analisam o alcance das transformações sociais no Brasil, um país menos pobre do que décadas atrás, mas ainda injusto e excludente.

UM BRASIL



Amara Moira e Djamilia Ribeiro debatem raça e gênero na sociedade

1,6 MILHÃO
de visualizações
no YouTube

MAIS DE 180
entrevistas e debates

146 MIL
horas de vídeo

25 MIL
livros impressos

TEM GENTE QUE PENSA O PAÍS

UM BRASIL é uma plataforma multimídia com entrevistas, debates, documentários e publicações que abordam temas essenciais. Um acervo de diálogos sobre os nossos cenários econômico, político e social, com empresários, economistas, políticos, juristas, pesquisadores, acadêmicos, especialistas e jornalistas. Um espaço digital para você visitar e refletir. Um ambiente de ideias feito por gente do mundo de ideias feito por gente do mundo todo que pensa no nosso país.

Vamos pensar juntos. Acesse:

WWW.UMBRASIL.COM

f @CanalUMBRASIL

8

Capa
DESIGUALDADE, UM TRAÇO HISTÓRICO DO BRASIL

14

Política
JUSTIÇA PREPARA A SEXTA MAIOR ELEIÇÃO DO MUNDO

20

Entrevista
SÉRGIO ABRANCHES ANALISA AS
TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE

26

Charge
DIFERENÇAS SOCIAIS, POR CACO GALHARDO

28

Empreendedorismo
BAIXA RENDA É FOCO DE NOVOS NEGÓCIOS

36

Estados Brasileiros
GARGALOS E POTENCIAIS DO ESPÍRITO SANTO

42

Artigo
POR RUBENS MEDRANO

44

Sustentabilidade
POR QUE A GESTÃO DO LIXO
NÃO É PRIORIDADE?

50

Sociedade
VIOLÊNCIA E ESTRESSE SE ENCONTRAM NO RIO

54

Legislação
POLÊMICA EM TORNO DA LEGALIDADE DO ABORTO

60

Cultura
50 ANOS DA ASCENSÃO DA CONTRACULTURA

66

Grande Angular
LUXO E MISÉRIA

DISPARIDADE SOCIOECONÔMICA

O debate sobre os compromissos que os postulantes à Presidência da República e ao Congresso devem assumir passa pela formulação de políticas capazes de combater a histórica desigualdade social brasileira. Hoje, os 5% mais ricos da população detêm a mesma fatia de renda que os outros 95%, segundo ranking da Organização das Nações Unidas (ONU).

Romper a trajetória de transmissão da desigualdade entre as gerações não se reduz à concessão de renda focada na redução da miséria. A questão é mais profunda e deve ser enfrentada mediante um reordenamento estrutural do Estado nas questões tributária e da Previdência e na melhora da gestão dos serviços públicos.

A matéria de capa desta edição de PB retrata como as oportunidades continuam desigualmente distribuídas no Brasil. Os efeitos da desigualdade são nefastos, pois ela traz consigo o racismo, a xenofobia e a violência. E ameaça a qualidade da democracia ao estimular o surgimento de líderes populistas que exploram a frustração das camadas menos favorecidas. O desafio posto à Nação é o desenvolvimento econômico acompanhado de justiça social. Afinal, um país próspero só é possível com pessoas que vivam em condições dignas e com possibilidades de ascensão.

Ter menos chances para uma vida de sucesso não foi o suficiente para desanimar os empresários ouvidos em reportagem sobre empreendedorismo em comunidades carentes. Para eles, o público de menor renda foi o ideal na aceitação de seus produtos e serviços. Assim, garantem seu sustento e ainda aquecem a economia local. Já o assunto da entrevista desta edição é o impacto da digitalização nas sociedades, discutido pelo sociólogo, cientista político e ambientalista Sérgio Abranches. Ele fala sobre as transformações que o Brasil e o mundo atravessam.

Convidamos ainda para a leitura do artigo do empresário e vice-presidente da FecomercioSP Rubens Medrano, que discorre sobre a evolução da balança comercial brasileira. Ele está à frente da Comissão de Relações Internacionais recém-criada pela Federação para atuar em conjunto com consulados e câmaras propondo ações que aprimorem o protagonismo do Brasil perante a comunidade internacional.

Vale ainda destacar que a PB está agora disponível em bancas e livrarias de grandes cidades brasileiras. Em circulação desde 1963, a publicação tem como propósito ajudar a sociedade a refletir sobre as mudanças necessárias para o País atingir um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



PIRÂMIDE SOCIAL DEFORMADA

Hoje, há no Brasil 52 milhões de pessoas mergulhadas na pobreza, com rendimento inferior a US\$ 5,50 por dia. Ano passado, o País ganhou 12 novos bilionários. Agora, são 43 ao todo. Ao mesmo tempo, despencou 19 posições no ranking de desigualdade social da Organização das Nações Unidas (ONU), aparecendo entre os dez primeiros com maior disparidade socioeconômica: os 5% mais ricos da população detêm a mesma fatia de renda que os outros 95%.

texto MARLEINE COHEN | ilustração CAROLINA LUSSE

N

No Brasil, um assalariado que recebe o piso (R\$ 937 em 2017) teria que trabalhar 19 anos seguidos para equiparar seus rendimentos ao que os bilionários – 0,1% da população brasileira – faturam, em média, em um único mês. A mesma regra se aplicaria a um quarto da população, que recebe salário mínimo. Mais: a fortuna acumulada nas mãos dos seis empresários mais endinheirados do País equivale a toda a riqueza dos 100 milhões mais pobres, metade da população brasileira (207,7 milhões). Ainda que eles gastassem R\$ 1 milhão por dia, juntos, essa meia dúzia de ultrarricos levaria 36 anos para dilapidar seu patrimônio. Com esse panorama de desigualdade, na América Latina, o Brasil fica atrás de Honduras e Colômbia. Para alcançar o nível de desigualdade social da Argentina, levaria 31 anos. Equiparar-se com o México lhe tomaria 11 anos; e com o Reino Unido, 75 anos.

Não bastasse isso, as deformações da pirâmide social brasileira também se expressam em gênero e cor: para ganhar como os homens, as mulheres terão que esperar até 2047. Hoje, elas recebem entre 31% e 75% a menos. Quanto ao salário dos trabalhadores negros, pelas projeções só vai se igualar ao dos brancos em 2089. As conclusões integram um relatório internacional que a ONG britânica Oxfam elaborou com base em entrevistas com mais de 120 mil pessoas em dez países, nos cinco continentes, e estudos de organizações

como a ONU, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Banco Mundial, o Credit Suisse, a revista *Forbes* e a empresa de consultoria norte-americana McKinsey & Company. O documento foi apresentado em Davos, na Suíça, às vésperas do Fórum Econômico Mundial, em janeiro.

Outra pesquisa, a “Síntese de Indicadores Sociais 2017”, baseada em dados de 2014 e recém-divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), espelha o quanto os padrões de desigualdade são engessados no Brasil e indica que a migração social, quando existente, tem fôlego curto e se restringe à base da pirâmide social. De acordo com o estudo, as chances de uma pessoa pertencente à classe A (indivíduos com rendimento superior a R\$ 3.737) se manter nesse estrato social são 13,7 vezes maiores do que as de um pobre ascender.

Ainda segundo o IBGE, um em cada dois brasileiros consegue melhorar de vida em comparação com os pais, em termos de ocupação, mas poucos são os que dão saltos de longa distância, subindo mais do que dois degraus da pirâmide social. Entre quem migra para uma camada social melhor, 49,1% passam para os estratos D (salário médio de R\$ 1.460) ou E (remuneração inferior a R\$ 1.263).

Nessa base da pirâmide social, um terço dos filhos de trabalhadores agrícolas pertencentes à classe F (R\$ 628) conserva a mesma ocupação. Metade da segunda geração (51,8%) dá dois saltos na escala, ascendendo para os estratos E (vendedores em estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços do comércio, auxiliares de serviços gerais, domésticas) ou D (trabalhadores da construção civil, prestadores de serviços de reparação e manutenção, motoristas). Migrações de longa distância para os estratos C (trabalhadores do serviço administrativo), B (técnicos de ensino médio) ou A (profissionais ou quadros das ciências e artes) se limitam a 15,4% dos casos.

O padrão de migração de curta distância se repete nos demais estratos sociais, e a transição de um para outro se torna cada vez mais difícil à medida que o indivíduo se afasta da base: se na classe E, 34,1% dos filhos avançam dois degraus em relação aos pais, na D, esse índice é de apenas 15,2%.

Para a coordenadora de População e Indicadores Sociais do IBGE, Betina Fresneda, o fato de a pesquisa apontar uma mudança estrutural da economia rural para a urbana não significa uma melhora na distribuição de riquezas, pois as oportunidades continuam de-

“O maior risco gerado pela desigualdade é a ascensão do racismo e da xenofobia. Se não resolvermos o problema de forma democrática, sempre teremos políticos tentando explorar a frustração causada por ela.”

THOMAS PIKETTY, economista francês, autor do livro *O Capital no século XXI*

sigualmente distribuídas no Brasil. Por mais que os filhos de famílias muito pobres consigam alcançar rendimentos maiores que seus pais, a distância entre ricos e pobres permanece intocada.

MENOS POBRE × MENOS DESIGUAL

Afinal, durante a chamada “década de ouro”, de 2003 a 2010, sob a presidência de Luís Inácio Lula da Silva, e mesmo um pouco depois, com Dilma Rousseff, o Brasil ficou menos pobre? Isso significa que consegui pulverizar a extrema concentração da renda no topo da pirâmide social e redistribuí-la de maneira mais equânime entre o resto da sociedade?

Sim e não. O País não tem tradição de levantar dados públicos sobre a riqueza. Por isso, o estudo da desigualdade social se baseia na renda e em dados censitários, em que a informação proposadamente subestimada e eventuais erros podem adulterar os resultados. Diferentes metodologias adotadas em trabalhos acadêmicos têm gerado conclusões conflitantes que dividem os especialistas e lançam dúvidas sobre o alcance das transformações sociais dos últimos 15 anos.

Em artigo publicado em 2016, o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Martin Raiser, mostra-se enfático ao destacar o protagonismo brasileiro no combate à miséria. Citando um relatório do banco, “Poverty and Shared Prosperity 2016: Taking on Inequality”, ele afirma que, entre 1990 e 2014, a taxa de pobreza extrema do Brasil, medida pela linha internacional, caiu mais de 75% – muito acima de qualquer outro país –, passando de 20,6% para 3,7%.

Vários fatores estimularam, a seu ver, essa inclusão social, contribuindo para um mercado de trabalho aquecido pela ex-

pansão da demanda; aumentos substanciais do salário mínimo e da renda do trabalhador de baixa qualificação; programas de grande alcance social (como o Bolsa Família); redução das taxas de juros; alta do preço internacional das commodities; e crescimento das exportações e das receitas do governo.

Para validar esse ponto de vista, o tradicional Índice de Gini (usado desde 1914 para comparar os rendimentos de cada indivíduo com os das outras pessoas e, assim, definir se uma sociedade é desigual ou não) aponta uma significativa queda de 0,535 para 0,494 entre 2004 e 2014. Entre 2001 e 2007, o coeficiente caiu uma média de 1,2% ao ano, refletindo o nível mais baixo de desigualdade de renda no País em mais de três décadas.

Mais recentemente, uma mudança nos critérios de mensuração da desigualdade jogou água na fervura, destacando as conclusões polêmicas do economista francês Thomas Piketty, autor de *O Capital no século XXI* (Editora Intrínseca), best-seller no qual ele mostra que o índice de acumulação da renda nos países desenvolvidos é maior que as taxas de crescimento econômico, o que resulta em aprofundamento das desigualdades sociais. Para ele, essa tendência ameaça a democracia e deve ser revertida se taxando a fortuna, única maneira de reduzir as disparidades na distribuição de renda.

Trabalhando com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), o Censo e declarações do Imposto de Renda, Piketty e seu aluno, o irlandês Marc Morgan, aferiram que o crescimento da renda da população mais pobre no Brasil foi insuficiente para reduzir a desigualdade nos últimos 15 anos. “A renda nacional total cresceu 18,3% no período, mas 60,7% desses ganhos foram apropriados pelos 10% mais ricos, contra 17,6%

UM MUNDO DE DESIGUAIS

A desigualdade social não é privilégio do Brasil.

Em países distintos, como **Estados Unidos, Vietnã ou Índia**, as discrepâncias da concentração de renda geram números que dão o tom da urgência das reformas. É o que mostra estudos da ONG Oxfam, como o relatório “Uma economia para os 99%”. Veja algumas das conclusões da entidade:

Os três norte-americanos mais ricos do país detêm o mesmo patrimônio que a metade mais pobre da população — isto é, 160 milhões de pessoas. Em pouco mais de um dia de trabalho, o diretor-executivo de uma empresa sediada nos **EUA** fatura o mesmo que um trabalhador médio ganha em um ano.

No Vietnã, o homem mais rico do país acumula mais em um único dia de trabalho do que a pessoa mais pobre ganha em dez anos.

Na Nigéria, os juros anuais sobre a fortuna do homem mais rico bastariam para tirar 2 milhões de pessoas da pobreza extrema.

Os estudos da Oxfam apontam ainda:

Entre 1988 e 2011, os rendimentos dos **10% mais pobres** aumentaram em média apenas US\$ 65 (US\$ 3 por ano), ao passo que os dos **10% mais ricos** cresceram uma média de **US\$ 11,8 mil — ou 182 vezes mais**.

O ano de 2017 foi pródigo para muitos ultrarricos: a cada dois dias, um novo bilionário surgiu, somando 2.043 em todo o mundo — **nove em cada dez do sexo masculino**. De toda a riqueza gerada no período, **82% ficaram nas mãos do 1% mais rico**, e absolutamente nada restou para os 50% mais pobres. Ainda nos últimos 12 meses, o patrimônio desse seletor grupo cresceu mais US\$ 762 bilhões, sendo que um sétimo dessa quantia já seria suficiente para acabar com a pobreza extrema.

Em menos de um quarto de século, o capitalismo deve gerar seu primeiro trilhadrário. Sozinho, ele terá uma fortuna tão grande que, se quisesse gastá-la teria que consumir **US\$ 1 milhão todos os dias durante 2.738 anos**.

das camadas menos favorecidas”, afirmam. Outro ponto diz respeito à classe média. Segundo eles, o progresso dos mais pobres foi obtido às custas dessa faixa intermediária de 40% da população, cuja participação na renda nacional caiu de 34,4% para 32,4% entre 2001 e 2015. Essa camada não se beneficiou diretamente das políticas sociais do governo Lula nem pôde tirar proveito dos lucros e dividendos sobre o capital (aplicações financeiras ou renda de imóveis, entre outros), restritos aos mais ricos.

NUNCA ANTES NA HISTÓRIA...

Desigualdade e política andam juntas, defende o professor de Sociologia da Universidade de Brasília e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcelo Medeiros. Segundo ele, “a menor desigualdade foi medida no começo da década de 1960”, e não entre 2006 e 2012. Nesse último período, diz ele, “houve, de fato, diminuição da pobreza e da desigualdade entre os grupos mais pobres da população, só que ela não foi suficiente para mexer na distribuição inteira, por causa da magnitude com que a renda está concentrada entre os mais ricos, sendo que entre eles também houve uma melhora tão grande que impediu resultados assertivos”.

Um levantamento do *iG* referente aos dez primeiros anos do presente século indica que os 20 maiores grupos de capital privado de controle nacional prosperaram 2,5 vezes mais que a expansão da economia brasileira. Na “década de ouro”, calcula-se que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha crescido 212%, maior aumento observado desde o chamado “milagre econômico”, ao passo que o faturamento dessas organizações progrediu 534%, alcançando uma receita bruta conjunta de R\$ 587,9 bilhões. O lucro consolidado para o período foi de R\$ 60,3 bilhões, com alta de 678%. Para o técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea Pedro Herculano Ferreira de Souza, “os dados tributários mostram que a concentração no topo sempre foi muito alta, mas flutuou em ondas que acompanharam momentos cruciais da vida política brasileira”. Exemplo: durante o Estado Novo (1937-1945) e após o golpe militar de 1964, ela aumentou muito. “Isso se explica por que a negociação política define nossas instituições e as regras do jogo”, diz ele.

A professora do Departamento de Ciência Política da USP Marta Arretche acredita que houve de fato redução da extrema pobreza para 99% da população, mas a distância social em relação ao

“Entre 1985 e 2015, os mais pobres tiveram ganho relativo maior que os mais ricos. Mas a desigualdade é tão escandalosamente profunda que seriam necessários muitos anos para revertê-la.”

MARTA ARRETCHÉ, professora do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP)

1% mais rico se manteve. “Entre 1985 e 2015, os mais pobres tiveram ganho relativo maior que os mais ricos. Mas a desigualdade é tão escandalosamente profunda que seriam necessários muitos anos para revertê-la”, afirma. A esse respeito, calcula-se que o Brasil precisaria de mais duas décadas de progresso semelhante ao que viveu nos últimos anos para atingir o nível médio de desigualdade mundial.

CAMINHO DAS PEDRAS

À luz da atual crise econômica, Marta enumera medidas que poderiam recolocar o País nos trilhos de uma melhor distribuição da renda: retomar o crescimento econômico, capaz de gerar empregos e estancar a sangria de receitas que a recessão subtrai do Estado; reestruturar a Previdência, encontrando uma nova fórmula que a financie, ao mesmo tempo em que protege os mais pobres; reequacionar a igualdade de oportunidades na rede de ensino para muito além do sistema de cotas, a fim de que o próprio desempenho escolar não seja afetado pela renda; e, por fim, preservar as políticas públicas que comprovadamente aumentaram o bem-estar dos mais pobres, como a valorização do salário mínimo e o Bolsa Família.

Apontado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) como

uma das iniciativas que permitiram ao Brasil sair do Mapa Mundial da Fome, em 2014, o Bolsa Família é, segundo Souza, do Ipea, “um programa barato, de grande escala, que melhorou muito a vida dos mais pobres”. Mas aponta limitações: “Não podemos esperar que ele sozinho resolva os problemas, ainda mais quando levamos em conta que ele gasta cerca de 0,5% do PIB. Só com a Previdência gastamos mais de 20 vezes isso”.

Outra questão capaz de tornar a sociedade brasileira menos desigual, defendida por grande parte dos estudiosos, diz respeito a um novo sistema de tributação. “Há muitos bons argumentos para defender que deveríamos começar pelo combate à concentração no topo, seja como forma de financiar políticas públicas de apoio aos pobres sem onerar em excesso a classe média, seja para aprimorar o funcionamento da democracia no Brasil”, defende Pedro Herculano de Souza. “Nos países ricos, o papel dos tributos sobre renda e patrimônio costuma ser muito maior do que aqui. Eles têm grande potencial de arrecadação e são progressivos, isto é, ajudam a reduzir a desigualdade”, diz. Não se trata de aumentar a carga tributária. “Pelo contrário, o ideal seria cortar tributos indiretos, que incidem muito sobre o consumo e penalizam os mais pobres, e aumentar na mesma medida a tributação da renda e dos imóveis e afins”, conclui.



Essa implicação fica clara no relatório da Oxfam, no qual se conclui que a arrecadação do Brasil aumentaria em R\$ 60 bilhões se houvesse reversão de isenção sobre lucros e dividendos ao exterior e juros sobre capital próprio. Comparativamente, esse valor corresponde a duas vezes o orçamento da União para o Programa Bolsa Família.

DINHEIRO E INFLUÊNCIA

A ascensão do racismo e da xenofobia, segundo Thomas Piketty, é o maior risco gerado pela desigualdade. “Se não resolvermos o problema de forma pacífica e democrática, sempre teremos políticos tentando explorar a frustração causada pela desigualdade, colocando a culpa dos nossos problemas sociais em imigrantes e trabalhadores estrangeiros”, adverte. Dados permitem concluir que, mais do que a pobreza, é o grau de desigualdade social que impacta a vida comunitária, as saúdes física e mental da população, a expectativa de vida, o consumo de drogas, o desempenho educacional, a violência urbana, entre outros.

“Estamos falando de ditames morais. Uma sociedade mais igualitária tende a ser mais justa e eficiente. Isso é bom para o crescimento do País”, argumenta Marcelo Medeiros, apontando dois aspectos perversos da desigualdade. “Dinheiro é poder. Se em determinado grupo social ele está muito concentrado, a capacidade de influenciar a política é excessiva, o que é ruim para a democracia. Segundo, se um grupo tem muito dinheiro, possui quase uma capacidade de monopólio sobre áreas da economia, e isso também é ruim. Quando você tem esse nível de concentração, perde uma das principais virtudes do sistema capitalista: a competição produtiva”, explica.

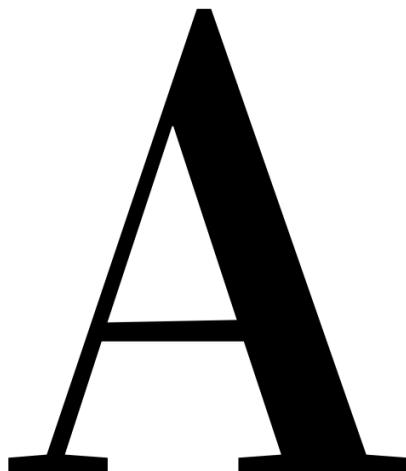
&



GIGANTE PELA PRÓPRIA NATUREZA

Temperada com ingredientes como as proporções continentais do País e um dilema do passado, as Eleições 2018 estão aí. A poucos meses do primeiro turno, a preparação para a sexta maior disputa democrática do mundo nada tem a ver com a incerteza de quem serão seus candidatos: a Justiça Eleitoral se organiza para receber mais de 146 milhões de brasileiros nas urnas, com o fantasma do voto impresso à espreita.

texto FÁBIA GALVÃO



A cada dois anos, uma jornada de 36 horas de viagem, que inclui trajetos de barco, van, balsa, moto e hospedagem na casa de moradores, marca a saga da equipe do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) à mesorregião do Marajó, formada por 16 municípios ao norte de Belém (PA). O objetivo é permitir que todos os cidadãos aptos a votar participem das eleições. Em 2018 não vai ser diferente: o arquipélago pernambucano e os demais 5.554 municípios brasileiros vão receber a maior eleição já realizada no País, com mais de 146 milhões de eleitores. Para quem vota, a grande dúvida não é sobre a garantia do direito ao voto, mas sobre quem serão os candidatos. Para a Justiça Eleitoral, a expectativa é a realização totalmente exitosa do pleito, ao custo de R\$ 1,8 bilhão.

DIGITALIZAÇÃO × ESCRUTÍNIO DAS URNAS

Enquanto a Justiça Eleitoral luta para cadastrar a biometria dos cidadãos – a meta é que, em 2018, 1.257 municípios tenham cem por cento das digitais dos seus eleitores cadastradas – e realizar a eleição mais digital da história do País, o Congresso discute a utilização do voto impresso no pleito deste ano. A auditoria das urnas foi determinada pelo artigo 59-A da Lei n.º 13.165/2015, segundo o qual “no processo de votação eletrônica, a urna imprimirá o registro de cada voto, que será depositado, de forma automática e sem contato manual do eleitor, em local previamente lacrado”. E acrescenta, em parágrafo único: “O processo de votação não será concluído até que o eleitor confirme a correspondência entre o teor de seu voto e o registro impresso e exibido pela urna eletrônica”.

O dispositivo foi a primeira conquista parlamentar do presidente Jair Bolsonaro (PSC-RJ) e tem o apoio de setores da sociedade e de alguns especialistas que questionam a segurança das urnas eletrônicas, como os professores de Ciências da Com-

putação Diego Aranha, da Universidade de Campinas (Unicamp), e Jeroen van de Graaf, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), autor do livro *O mito da urna: desvendando a (in)segurança da urna eletrônica*. Doutor pela Universidade de Montreal, o especialista integrou o grupo da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), que participou de uma das auditorias das urnas eletrônicas a convite da Justiça Eleitoral [veja *infográfico*]. “Naquele momento, constatamos a inviabilidade de uma verificação independente do processo, mas não fomos chamados para discutir o assunto”, explica o pesquisador.

No Poder Judiciário, a impressão do voto é vista como o maior retrocesso que o processo eleitoral poderia vir a ter, a custos exorbitantes. A estimativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é de que a instalação de impressoras em todas as urnas do País teria um custo de R\$ 1,8 bilhão – e, até o fechamento desta matéria, a última empresa que teria condições de prestar o serviço havia desistido da concorrência pública iniciada pelo tribunal, com o argumento de que um dispositivo eletromecânico como a impressora falha até cinco vezes mais que um eletrônico. Para ouvir a população a respeito do voto impresso, no mês de fevereiro o TSE promoveu uma audiência pública e se comprometeu a levar as contribuições feitas nessa oportunidade ao conhecimento dos parlamentares.

Também em fevereiro, o retorno do voto em cédula de papel foi rejeitado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. No mesmo mês, Raquel Dodge ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender o voto impresso. Para a procuradora-geral da República, ele representa “um retrocesso para o processo eleitoral e amplia a possibilidade de fraudes, além de ser uma ameaça ao sigilo da manifestação do eleitor”. O secretário de Tecnologia da

Informação do TSE, Giuseppe Janino, concorda: “Estamos caminhando para trás, retrocedendo em 25 anos. A contagem manual, as mesas apuradoras e todas as mazelas e deficiências inerentes a esse processo favorecem o erro humano e a possibilidade de implementar fraudes. É totalmente ineficiente e prejudicial para o processo”.

NAS TRIBOS, NOS RIOS E NO SERTÃO

A despeito da volta do voto impresso e da indefinição dos candidatos à presidência, a Justiça Eleitoral continua dando andamento à preparação que uma eleição de presidente, governadores, deputados e senadores exige no Brasil. O País ocupa a sexta posição no ranking que dimensiona as eleições democráticas em todo o mundo, liderado pela Índia – que tem mais de 800 milhões de eleitores e de 1,6 mil partidos. As proporções continentais do processo eleitoral brasileiro exigem mutirões, inovação e enfrentamento de condições adversas para garantir o acesso da população ao voto.

Em 2018, os eleitores brasileiros que já cadastraram sua biometria poderão utilizar o título eletrônico gerado pelo aplicativo e-Título, disponível para download gratuito nas lojas dos sistemas Android e iOS. A ideia é evitar o risco de extravios e danos e manter a segurança e a disponibilidade dos dados em formato digital. O título é validado no primeiro acesso, e o uso do aplicativo por parte dos eleitores diminui os custos de impressão e o retrabalho da Justiça Eleitoral com novas emissões do mesmo documento.

Para além das soluções digitais, a missão de garantir o direito do voto a todos os brasileiros exige esforços proporcionais aos desafios que as áreas mais isoladas e áridas impõem. No Oiapoque (AP), as forças armadas, a força aérea e o exército precisam apoiar o processo eleitoral para que os povos indígenas da região votem. O contato com os índios Palikur, Galibi-Kali’na, Karipuna e Galibi-Marworno é feito com auxílio de tradutores, e, meses antes, tudo é acertado entre os representantes da Justiça Eleitoral e os conselhos indígenas. “Os índios têm outra noção de casa e fronteira. A reserva inteira é o próprio lar, com tudo que ela contém, então, entrar nesse espaço sem pedir permissão seria uma violação”, explica o servidor do Tribunal Regional do Amapá (TER-AP) Cláudio Xavier. De voadeira, ou “ubá” para os indígenas, um grupo de 20 funcionários e as urnas eletrônicas atravessam o Rio Oiapoque para chegar às tribos.

ELEIÇÕES 2018 EM NÚMEROS

146.743.774 ELEITORES

distribuídos em mais de 460 mil zonas eleitorais

52,43% (76.942.018) de mulheres
e **47,52% (69.728.137)** de homens

MENOS DE 1%

é menor de 18 anos

4% são analfabetos

9% leem e escrevem

26% têm ensino fundamental incompleto

6% têm ensino fundamental completo

17% têm ensino médio incompleto

21% têm ensino médio completo

8% têm nível superior completo

25% foi o quanto aumentou o número de eleitores do exterior de janeiro de 2016 a janeiro de 2018

62,22% dos eleitores já cadastraram a biometria

99,5% dos eleitores do Acre já cadastraram a biometria (mais digitais)

5% dos eleitores da Paraíba já cadastraram a biometria (menos digitais)

CONCENTRAÇÃO DO ELEITORADO POR REGIÃO

CENTRO-OESTE – 7,1%

NORDESTE – 26,8%

NORTE – 7,7%

SUDESTE – 43,3%

SUL – 14,5%

EXTERIOR – 0,3%

COMO FUNCIONA A ELEIÇÃO DIGITALIZADA?

MAIS CÉREBRO, MENOS BRAÇOS – 460 mil seções eleitorais enviam informações para análise num único ponto: o TSE, que guarda toda a inteligência da eleição e permite a verificação dos dados nessa base.

AUDITORIA DAS ORGANIZAÇÕES – 180 dias antes da eleição, os programas utilizados no processo são abertos para que partidos políticos, a Polícia Federal, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras organizações e entidades analisem toda a programação. Depois, os sistemas são lacrados e guardados com assinaturas eletrônicas numa sala-cofre do TSE e continuam disponíveis para análises.

AUDITORIA DO ELEITOR – Os boletins de urna (BUs) das seções eleitorais ficam disponíveis nesses espaços num QR Code impresso que pode ser escaneado com o celular. Os dados de transmissão e apuração podem ser consultados imediatamente após o término da votação e, dessa forma, o eleitor pode atuar como um fiscal.

AUDITORIA NO DIA “D” – Urnas escolhidas aleatoriamente poderão ser auditadas uma hora antes do início da votação. Instituições e partidos políticos interessados podem participar.

CAIXA PRETA – Os registros de logs das urnas eletrônicas, que são as caixas pretas das urnas, e os registros digitais dos votos são entregues aos partidos, que podem fazer uma apuração independente desses resultados.

TESTE PÚBLICO – O Brasil é o único país do mundo que convida o cidadão comum a tentar quebrar os dispositivos de segurança de seu sistema eleitoral. Em três edições do teste, mais de 50 planos de ataque desenvolvidos por hackers foram aplicados e, de acordo com o TSE, nenhum deles conseguiu implementar qualquer fraude no processo eleitoral.

No extremo oposto do País, uruguaios acompanham de perto as eleições brasileiras. Dos pouco mais de 6 mil habitantes de Chuí (RS), 3,6 mil vão às urnas na região de fronteira. “Admiramos a agilidade e a organização das eleições brasileiras. Mas é ruim para a democracia que o voto seja obrigatório e não facultativo, como acontece no nosso país”, opina o professor uruguaio Javier González. Ele frequentemente atravessa a Avenida Brasil, que separa Chuy (Uruguai) de Chuí (Brasil), para aproveitar a zona de comércio livre de impostos e ler os jornais brasileiros. “O resultado das votações no Brasil sempre impacta as relações entre os dois países, e a nossa economia é muito ligada à de vocês. Por aqui acompanhamos o resultado como sendo o segundo mais importante do continente”, afirma o professor.

O LEGADO DAS BENFEITORIAS

Para várias comunidades brasileiras, a implementação das seções eleitorais é motivo de comemoração. É que para garantir o funcionamento pleno de toda a estrutura dos espaços utilizados, como escolas e outros prédios públicos, os funcionários da Justiça Eleitoral verificam meses antes tudo o que precisa ser ajustado e adaptado e realizam as restaurações necessárias – e essas benfeitorias ficam como legado para os cidadãos que utilizam esses equipamentos públicos. “Voltamos para estudar depois das eleições, e os banheiros, a cozinha, os bebedouros, a iluminação e até as tomadas estavam melhores”, lembra o estudante Pedro Pereira, da Escola Estadual Manoel Fernandes Jorge, do município de Caicó (RN).

Muitas vezes os obstáculos são geográficos. Para garantir a votação dos 19 mil eleitores de Limoeiro do Ajuru (PA), a equipe do Tribu-

O Brasil ocupa a sexta posição no ranking que dimensiona as eleições democráticas em todo o mundo, liderado pela Índia – que tem mais de 800 milhões de eleitores e de 1,6 mil partidos

DE OLHO NAS DATAS

ELEITOR

Até 9 de maio é a data limite para o eleitor tirar o título, transferir seu domicílio eleitoral e regularizar pendências. O voto é obrigatório entre 18 e 70 anos e opcional para jovens com 16 ou 17 anos. Quem completa 16 anos até o primeiro turno pode tirar o título.

O fechamento do cadastro eleitoral acontece 151 dias antes das eleições.

CANDIDATO

Até 15 de agosto é o prazo que os pré-candidatos às Eleições de 2018 têm para pedir o registro da candidatura à Justiça Eleitoral.

VOTAÇÕES

7 de outubro

Realização do primeiro turno

28 de outubro

Realização do segundo turno

nal Regional do Pará (TRE-PA) precisa esperar a maré descer durante seis horas para adentrar a cidade de barco. O acesso é tão remoto e a área tão distante que, num dado momento, os funcionários perdem o contato com a base de Belém, e só é possível saber que a votação aconteceu com sucesso quando os equipamentos de transmissão por satélite são ligados. “Em algumas regiões de floresta densa, é preciso levar os dispositivos para a curva do rio, onde o sinal consegue ser emitido”, explica Faustino Castro, servidor do Tribunal. Nas comunidades de pescadores localizadas no trecho de mil quilômetros entre Altamira e Castelo dos Sonhos, o acesso é feito por helicópteros.

Como se vê, a realização das eleições no Brasil supera as adversidades e os obstáculos impostos pela geografia nacional. Aos eleitores, resta fazer uso do seu direito de participar de mais esse pleito e exercer sua cidadania no Estado democrático de Direito. O atual presidente do TSE, Luiz Fux, prevê uma eleição “especial e desafiadora”. E conclui: “Especial porque milhões de brasileiros caminham para a arena democrática, e desafiadora porque teremos uma eleição presidencial que se prenuncia como a mais espinhosa e imprevisível”.

“FAKE NEWS” E FUNDO PARTIDÁRIO

Os contornos da disputa de 2018 serão definidos até 15 de agosto, a data-limite para que todos os pré-candidatos solicitem o registro de sua candidatura à Justiça Eleitoral – e, até lá, as previsões sobre a corrida eleitoral presidencial são incertas. A indefinição sobre a participação do ex-presidente Lula e de outros possíveis candidatos, além de todos os assuntos e as polêmicas

inerentes ao processo eleitoral, tem gerado um território fértil para a propagação de notícias falsas, atualmente identificadas como as *fake news*. “O eleitor deve se preparar da melhor maneira possível para votar, buscando informações confiáveis para tomar as melhores decisões diante da urna”, defende Fux, que, em seu discurso de posse na presidência do TSE, ressaltou que o combate às notícias falsas será uma prioridade da sua gestão.

É o TSE que vai decidir as regras eleitorais para tratar os casos de propaganda irregular na internet. A comissão criada pela instituição para combater às *fake news* tem estudado formas legais de retirar conteúdos do ar e identificar os responsáveis por sua autoria e propagação. Também estão sendo construídas parcerias com os escritórios brasileiros das principais redes sociais para rastrear as doações ilegais feitas pela internet.

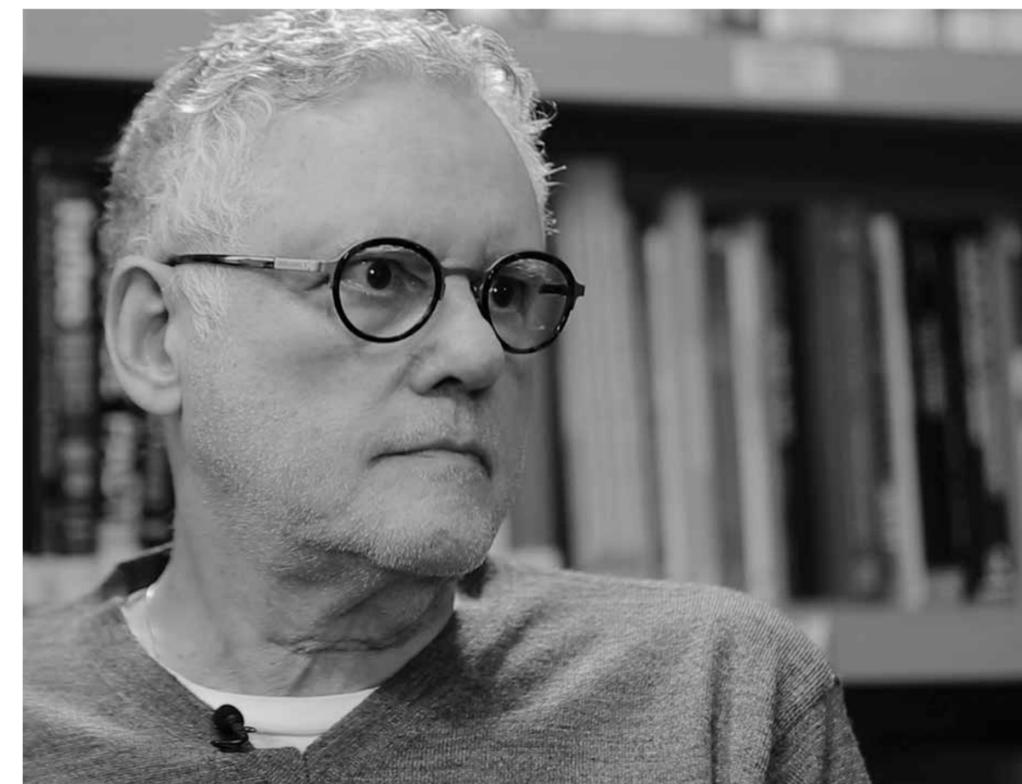
A expectativa em torno do TSE também é grande quando o assunto é o Fundo Partidário. A Lei Orçamentária Anual de 2018 prevê a distribuição de R\$ 888 mil dos recursos dessa reserva entre as 35 legendas políticas com registro no Tribunal. Serão distribuídos R\$ 780.357.505 aos partidos na forma de dotações orçamentárias da União, e cerca de R\$ 100 mil serão aplicados a multas e penalidades definidas pelos termos do Código Eleitoral. As questões do fundo partidário e o combate às *fake news* serão administradas pelo ministro Luiz Fux até 15 de agosto, data em que termina o seu mandato e a ministra Rosa Weber assume a presidência do TSE.

&

SOCIEDADE NA ERA DO IMPREVISTO

AUTOR DE *A ERA DO IMPREVISTO – A GRANDE TRANSIÇÃO DO SÉCULO XXI* (COMPANHIA DAS LETRAS), QUE ANALISA OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO E DA DIGITALIZAÇÃO NAS SOCIEDADES, O SOCIÓLOGO, CIENTISTA POLÍTICO E AMBIENTALISTA **SÉRGIO ABRANCHES** AFIRMA QUE ESTAMOS NO MEIO DO CAMINHO ENTRE “O MUNDO TAL QUAL O CONHECIAMOS” E UM OUTRO QUE ESTÁ EM FORMAÇÃO, DO QUAL “AINDA NÃO CONSEGUIMOS SABER AS SUAS CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS”. OS REFLEXOS DESSA TRANSIÇÃO ESTÃO POR TODA PARTE, INCLUINDO O TERRENO DA POLÍTICA. SEGUNDO ABRANCHES, NUM MOMENTO EM QUE AS PESSOAS VIVEM CONECTADAS EM REDE COMPARTILHANDO INFORMAÇÕES, TORNAM-SE MENOS DEPENDENTES DE NOTÍCIAS DE GOVERNOS E CANDIDATOS. ENTRETANTO, A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA SEGUE UM MODELO AINDA ANALÓGICO. PARA ELE, ESSE DESCOMPASSO GERA TENSÃO SOCIAL E PRESSÃO POLÍTICA. O SOCIÓLOGO APOSTA, NO ENTANTO, QUE UM DOS EFEITOS DESSA RUPTURA SEJA A EXTINÇÃO DOS PARTIDOS COMO OS CONHECEMOS – ISTO É, UM BLOCO DE GENTE QUE PENSA IGUAL.

entrevista RENATO GALENO



O senhor descreve o momento atual como uma grande transição pela qual o mundo estaria passando. Quais são as principais características desse contexto?

A principal característica é que é uma transição profunda, radical e absoluta. É o fim do mundo tal qual nós conhecemos. A partir daí, existem alguns elementos que fazem com que esse mundo esteja perdendo sentido, parando de funcionar, e com que um novo mundo vá se formando. Mas nós não sabemos qual é, e ainda não conseguimos saber as suas características fundamentais. Há uma mudança tecnológica muito rápida com a digitalização da sociedade, acompanhando e viabilizando os processos de globalizações econômica, social, política e cultural. Há transformações na sociedade e na economia que produzem um sentimento de crise. Porque, na verdade, essas mudanças societárias muito radicais

começam fazendo com que muitas coisas não funcionem mais e poucas coisas funcionem bem. As ferramentas tradicionais não funcionam mais e esse enfrentamento faz com que nós vivamos uma travessia entre o mundo que nós conhecemos e o mundo que ainda vamos conhecer.

Sobre a crise da representatividade política: considera que essa ideia da democracia representativa se esgotou?

A ideia da representação analógica está se esgotando. Durante todo o período da democracia representativa, vivemos um processo que se baseava no seguinte fato: as pessoas não podiam ser consultadas adequadamente sobre as questões, então se fazia uma eleição e uma grande quantidade de pessoas elegia algumas outras para ser suas representantes no processo decisório.



Hoje, vivemos numa sociedade na qual as pessoas têm informação em tempo real, sabem como e por que as coisas acontecem, têm opinião e trocam essa opinião o tempo todo em rede. A sociedade foi se digitalizando, mas continua analógica, ou seja, não se imbuíu do fato de que vive em rede e é mais democrática e menos controlável. O partido era uma forma de organizar essas ideias analógicas em blocos que permitiam às pessoas detectar aqueles que pensavam como elas. Eu duvido que os partidos sobrevivam ao processo de digitalização da sociedade. Acho que o partido, tal como nós conhecemos, não vai existir no futuro. O que será colocado no lugar eu não sei, mas o partido está parando de fazer sentido. Como a mudança social é muito rápida, vão

se criando camadas e categorias sociais novas que não encontram representação nem no sistema partidário nem no sistema sindical nem em lugar nenhum.

A ideia de direita e esquerda é uma prova de que as categorias políticas estão perdendo o sentido?

Sem dúvida, embora com desigualdade. Há um conjunto de ideias que se adaptou melhor a essas transformações. O que se chama, por exemplo, de “neoliberalismo”: dá soluções a crises fiscais do Estado, que, embora tenham um custo social, funcionam. Se você aplicar um regime de austeridade fiscal, você consegue sanear as contas, financiar o Estado e a economia cresce, mas aumenta a desigualdade. A chamada “esquerda” não conseguiu atualizar suas ideias, então, continua pensando com relação a categorias tradicionais. A esquerda mais de matriz marxista continua a achar que a classe fundamental popular é o operariado industrial. Esse operariado industrial está desaparecendo e hoje é minoria na categoria dos trabalhadores. A indústria manufatureira cada vez representa menos, nós estamos entrando na economia do conhecimento, criativa. Não faz sentido pensar em política popular com base em uma categoria muito específica e que está acabando. Para mim, a esquerda ideal deveria buscar formas compatíveis de proteger os setores desprotegidos da sociedade, levando em consideração as limitações naturais desse processo de globalização, como a responsabilidade fiscal. Está claro que não pode chegar um governo de esquerda e gastar tudo o que quiser. Deve haver prioridades, redistribuir o orçamento de forma equilibrada, porque senão ele produzirá uma crise, que será corrigida com a austeridade neoliberal, afetando os mais vulneráveis. Esse processo de transformação destrói empregos, atividades profissionais e modelos de negócios. Estamos vendo isso nas indústrias do cinema e da música, no jornalismo. Os modelos de negócios tradicionais não estão dando mais certo porque o mundo está mudando radicalmente.

Embora exista entre os mais jovens e nos países mais ricos uma consciência

”

A sociedade foi se digitalizando, mas continua analógica, ou seja, não se imbuíu do fato de que vive em rede e é mais democrática e menos controlável.

ambiental que não existia no passado, há reações da política, como a do presidente dos Estados Unidos, que considera o aquecimento global uma fraude.

Essa é outra crise do nosso tempo?

Nós fomos convocados a enfrentar um problema sobre o qual os próprios cientistas dizem não estar seguros. Isso é uma mudança no modo que a humanidade encara a ciência. Ao longo do iluminismo, sobretudo durante o século 20, nós nos acostumamos a olhar a ciência como uma coisa exata. O físico fazia previsões que davam certo e eram reprodutíveis em laboratório. Hoje, eles estão trabalhando como cientistas sociais, fazendo previsões probabilísticas. A sociedade estava acostumada a ouvir certezas dos cientistas e agora ouve dúvidas, provocando negação numa parte da sociedade e paralisia numa outra. Eu acredito que o movimento da sociedade possa ser auxiliado por decisões políticas sensatas. Um dos aspectos fundamentais dessa mudança é incrementar o poder em dois polos: (1) aumentando o poder global, porque se eu desmato a Amazônia, não estou causando um problema só para a Amazônia, mas para o Brasil e o mundo; e (2) aumentando o poder local, porque as cidades estão fazendo esforço para ficar cada vez mais inteligentes. E esse é o caminho da democracia mesmo, uma democracia que se realiza na cidade e que deixa muito pouco para ser resolvido no plano nacional. E o resto tem de ser resolvido no plano global com muito menos interferência nacional.

Existe um componente inédito na crise da digitalização da sociedade, cuja solução não tenha exemplos históricos em que se basear?

Nós temos condições técnicas de aceleração da história, mas essa aceleração só é compatível com uma comunicação digital em tempo real. Eu só consigo me mover profissionalmente, em qualquer categoria que exija estar em conexão com o mundo, se eu estiver conectado. Se não, eu fico desinformado rapidamente. Esse é um aspecto fundamental. Outro componente inédito é nós podermos usar as máscaras que quisermos,



Hoje, quem ganha campanha é marqueteiro. O candidato é um boneco perfeito, não o que o povo vai ver no exercício da presidência ou do Congresso. Temos de tirá-lo dessa zona de conforto, levá-lo para a rua, aí o eleitor passa a ter memória.

construir personagens digitais, com fotografias, ícones. Podemos usar máscaras para nos comunicarmos de maneira mais livre e mais malévola. É como se eu pudesse botar uma máscara e sair fazendo tudo o que quero sem censura, o que sempre foi um sonho do ser humano. Ele sempre usou máscaras, mas menos ostensivamente nesse jogo do eu social e eu íntimo, em que eu sou aquilo que eu quero que você me veja ser, e não aquilo que sou de fato. E eu vou fazendo vários personagens conforme o grau de intimidade que tenho com as pessoas. O mundo digital permite que você faça isso com muita liberdade e produz um fenômeno que é a linguagem do ódio, da difamação, o uso de robôs, a ideia de *fake news*. Tudo isso faz parte dessa liberdade nova que precisa ser aprendida para se criar mecanismos de defesa, mas, neste momento, há uma exacerbação, como há em tudo. Assim como a mudança social gera crise, a digitalização também gera crise, intensifica coisas que já existiam no mundo analógico. A vida em rede será a vida que nós quisermos que ela seja. O Brasil experimenta essa transição de forma singular porque nós ficamos atrasados em relação a muitas coisas. A conexão digital é muito cara, portanto, a digitalização é mais desigual do que em outros lugares do mundo similares ao nosso. Nós entramos nessa transição carregando um passivo, que podemos descartar se quisermos. É o que chamo de “vontade do atraso”, que é você não precisar repetir todos os passos da modernização que os outros passaram. Na educação, nós atrasamos tanto que não dá para ficar pensando em fazer uma sala de aula melhor. O melhor é usar toda a tecnologia disponível para revolucionar essa sala de aula para educar mais gente mais rapidamente.

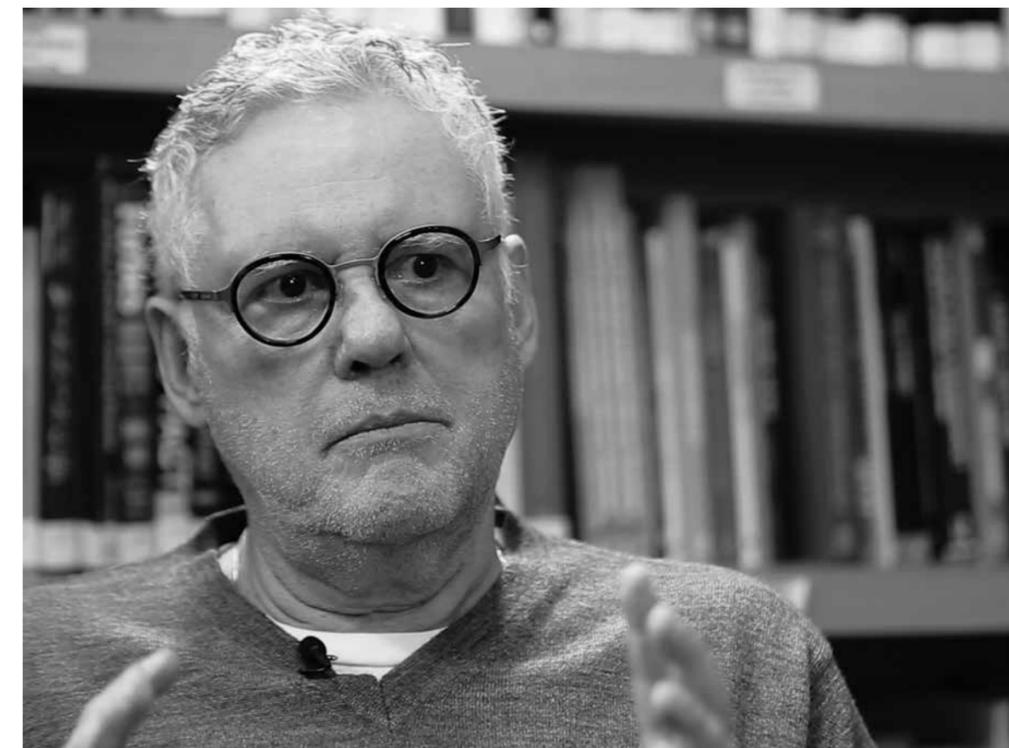
O senhor cunhou o termo “presidencialismo de coalizão” para interpretar as relações políticas brasileiras.

Acredita que esse modelo se esgotou?

O modelo está em esgotamento como todos os outros do mundo, por exemplo, o semi-presidencialismo francês ou o parlamentarismo inglês. Mas no caso do presiden-

cialismo de coalizão, houve uma confusão, que é o fato de o presidente ter de governar com alianças caso seu partido não consiga eleger a maioria no Congresso. Isso diferencia o presidencialismo brasileiro do americano. Aqui, um presidente sem maioria não governa, tem sido assim ao longo da nossa história. A maneira clientelista de se fazer a coalizão e administrá-la tornou-a mais corrupta e corrompida. Essa prática já se exauriu, o Brasil não suportaria mais um “Petrolão”, isso nos levaria a uma crise gravíssima. A prática tem de mudar, mas isso não se consegue simplesmente mudando a regra. É preciso mudarmos o comportamento, fazendo com que os políticos façam coisas que eles não estão fazendo, como se exporem à sociedade. Hoje, quem ganha a campanha é marqueteiro. O candidato não conversa na frente da câmera livremente, é um boneco perfeito, e não aquilo que o povo vai ver no exercício da presidência ou do Congresso. Temos de tirar esse candidato dessa zona de conforto e levá-lo para a rua porque aí o eleitor passa a ter memória. Precisamos reduzir tempo de televisão, reduzir financiamento. Partido político não tem de ser financiado pelo Estado, mas por seus militantes. Se você consegue se financiar, você consegue se eleger. É uma regra razoável. Por outro lado, temos federalismo artificial baseado em dinheiro. Quando há uma crise fiscal, o presidente da República, mesmo sem ter orçamento, tem mais poder do que qualquer prefeito, governador, deputado ou senador. Basta dar uma migalha aqui, liberar uma emenda ali, financiar um hospital, e ele consegue o que quer do Congresso. É concedido um poder artificial ao presidente. Para a democracia funcionar, é preciso que se descentralize o federalismo. Sou a favor do fim das coligações em qualquer circunstância, porque carona é ruim, exceto na mobilidade urbana. Nós temos de ter mecanismos que permitam entradas novas, para que pessoas que nunca fizeram política ou que ocuparam cargos menores possam disputar em condições iguais.

&



UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com grandes nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

Saiba mais em www.umbrasil.com



ABISMO SOCIAL

QUE FOI, DEU VERTIGEM?



PÂNICO!

@GALHARDO



A FORÇA DA “GRANA” DA BAIXA RENDA

Viver em comunidades carentes nem sempre é sinônimo de falta de oportunidades.

Em um mercado que movimenta em torno de R\$ 78,3 bilhões ao ano, segundo o IBGE, surgem ideias inovadoras que retratam uma economia pulsante e criativa, mas ainda pouco explorada por grandes marcas.

texto GUILHERME MEIRELLES | fotos CHRISTIAN PARENTE



L

“Lá no Ipiranga [bairro de classe média vizinho à comunidade onde ocorreu esta entrevista], as pessoas anunciam o desaparecimento de cachorrinho. Aqui na comunidade, as pessoas pedem para localizar o filho ou o pai que se perdeu nas ruas para as drogas”, explica Fabio de Souza Pereira, 31 anos, que há um ano criou a TV Zapão, uma rede no WhatsApp que funciona como um jornal digital para mais de 3 mil moradores da comunidade de Heliópolis, na região sudeste de São Paulo, a oito quilômetros do centro. Ao longo do dia – que não começa com a chegada do sol tampouco termina com o escurecer –, Pereira acumula as funções de dono de uma pequena loja de bolos, corretor de imóveis e profissional de comunicação em permanente contato com sua crescente teia de relacionamento [ele diz receber mais de 20 adesões diárias no aplicativo de mensagens instantâneas], em busca de notícias locais, como acidentes, assaltos, eventos, e, principalmente, pessoas desaparecidas. Conforme a notícia, vai pessoalmente ao local, faz fotos e vídeos e divulga um boletim. Os comerciantes locais conhecem a influência da TV Zapão e fazem promoções, principalmente sorteios. “Já tive vídeo no YouTube com mais de 500 mil visitas. Neste ano, quero patrocinadores fixos e aumentar a frequência das promoções. Há muito potencial em Heliópolis”, afirma, sem revelar investimentos ou faturamento.

O receio em tratar de números é justificado. Afinal, estamos em Heliópolis, a maior favela de São Paulo, com 220 mil habitantes concentrados em um milhão de metros qua-

drados, com cerca de 19 mil imóveis, boa parte composta por antigos barracos transformados em alvenaria, em vias com infraestrutura de asfalto, esgoto, coleta de lixo, luz e muitos fios trançados pelas centenas de postes, que se cruzam entre ruas com nomes como “Alegria Popular”, “Castelo dos Sonhos”, “Primavera Brasileira” e “Rua do Pacificador”. Mesmo com a urbanização, Heliópolis ainda é uma área vulnerável, com forte presença do tráfico de drogas.

Fundado em 1997 pelo piauiense Jonas João e um grupo de amigos, o Ratatá Futebol Clube, atual campeão de um torneio oficial de várzea que reuniu 168 times da Grande São Paulo, é um exemplo da mudança do perfil da região. “O nome veio por causa do som das balas perdidas na favela”, recorda João, hoje presidente do clube, que possui uma loja própria no Shopping Heliópolis, o principal centro comercial da região com cerca de 30 lojas, inaugurado no fim de 2016 na Estrada das Lágrimas, longa avenida da região, por onde passam os ônibus que vão ao centro de São Paulo e para o município vizinho de São Caetano. “Em dezembro, quando fomos campeões, vendemos mais de 800 camisetas.” Os preços dos artigos variam entre R\$ 280 (agasalho completo) e R\$ 80 (boné bordado), que também são vendidos pelo site oficial do clube. Tanto na loja física como na sede, onde se destaca uma camiseta assinada doada pelo ex-jogador Zinedine Zidane, uma frase chama a atenção: “Ratatá – orgulho de ser Heliópolis”.

Estudo do Instituto Locomotiva revela que 62% das pessoas pensam em empreender no lugar em que moram. O ex-supervisor administrativo Felipe Araújo, 29 anos, enquadra-se nesse perfil. No segundo andar do mesmo shopping, em uma pequena sala de 4 metros quadrados, ele acompanha o movimento de suas três franquias da agência de viagens Vai Voando, uma das poucas marcas com foco exclusivo nas classes D e E.

Pertencente ao Grupo Flytour, a Vai Voando surgiu em 2009 com base no modelo de compra programada de passagens aéreas, que podem ser adquiridas em até 12 parcelas no boleto, sem exigência de comprovação de renda, sendo que a última parcela é paga em até um mês antes da viagem. As condições favoráveis são fechadas com todas as companhias aéreas, normalmente em voos noturnos e com várias escalas, padrão que costuma não atrair o turista convencional.

“A CLIENTE QUER RECEBER ATENÇÃO, ENCONTRAR A ROUPA QUE GOSTA E QUE CABE NO SEU CORPO PARA SE SENTIR CONFORTÁVEL. SEMPRE QUIS TER MEU NEGÓCIO. COMECEI COM UMA LOJA PEQUENA, INVESTI R\$ 100 MIL NA AMPLIAÇÃO E TENHO PLANOS DE EXPANSÃO.”

EDILMA DA SILVA SANTOS,
proprietária da Boutique Pimenta Rosa,
em Heliópolis

Com antecedência de um mês, por exemplo, é possível encontrar passagens de ida e volta para Fortaleza, Recife ou Teresina por R\$ 600. “Cerca de 90% das vendas são para visitar parentes no Nordeste”, afirma Araújo, que obtém faturamento bruto médio de R\$ 120 mil nas três lojas. Morador do bairro vizinho de São João Clímaco, mas com parentes e amigos em Heliópolis, Felipe viveu por anos a rotina dos jovens que hoje são empreendedores na região. Saía de casa às 7h15 para trabalhar e estudar e retornava sempre após as 23h30. “Há um intenso comércio dentro de Heliópolis, mas não havia uma agência de viagens. Procurei a Vai Voando, fiz treinamento e capacitação e abri a primeira dentro da comunidade. Deu certo e abri mais duas, com o investimento inicial de um notebook, mesas e cadeiras. Hoje, emprego quatro pessoas, todos moradores”, diz. A solidariedade é um traço do empreendedorismo local. Os uniformes são confeccionados na loja Angel Bordados, a poucos metros da agência, pela costureira Angélica Mendonça, que atende comerciantes e escolas dali. “Trabalhava em casa, mas o movimento cresceu, aluguei um espaço e contratei uma auxiliar. Tenho planos de expansão”, afirma ela.



Em seus oito anos, a rede Vai Voando vendeu cerca de 500 mil passagens e fechou 2017 com faturamento de R\$ 75 milhões em 530 pontos de venda. Há cinco anos, em parceria com a Central Única das Favelas (Cufa), lançou um novo braço de negócios, denominado “Favela Vai Voando” (FVV), concentrado na cidade do Rio de Janeiro, mas com planos de expansão para São Paulo. A diferença do modelo tradicional é que o agente do FVV é necessariamente um morador de comunidade, com curso de capacitação em turismo, mas que não tenha encontrado espaço no mercado de trabalho. “O FVV cresceu 54% em 2017 e respondeu por R\$ 5 milhões do faturamento”, afirma o diretor da Vai Voando, Luiz Andreazza. Para 2018, a meta da rede é superar a marca de R\$ 100 milhões, com o lançamento de pacotes turísticos com venda programada.

CONTRADIÇÕES DE UMA RICA METRÓPOLE

No mundo das comunidades, o empreendedorismo possui um sentido diferente do que se vê e escuta em bairros mais abastados. Expressões como “startup”, “venture capital” e “budget” passam longe do vocabulário dos empreendedores locais. Em virtude da crise econômica, o empreendedorismo de oportunidades ficou de lado e abriu o espaço para o empreendedorismo de sobrevivência, focado na falta de chances do mercado de trabalho. De acordo com dados do IBGE, existem 13,2 milhões de brasileiros que moram em favelas. São Paulo e Rio de Janeiro ainda são as capitais que concentram o maior número de favelas do País – 1.063 em SP e 763 no RJ. Mas, nas estimativas do CEO do grupo Favela Holding, o ativista social carioca Celso Athayde, o número de pessoas que vivem nelas pode chegar a 27 milhões, dependendo do critério adotado.

“O IBGE usa o conceito de aglomerado subnormal, definido como o conjunto de 51 ou mais unidades habitacionais sem título de propriedade e com carências apenas em algum ponto de infraestrutura, como rede de esgoto ou nas vias de circulação. Por esse critério, ele não considera a região da Cidade de Deus ou a Rocinha como favelas, mas são, sem dúvida”, esclarece.

Com ações mais concentradas no Rio de Janeiro, o Favela Holding é um conjunto de 22 empresas estruturadas (cultura, esportes, entretenimento, distribuição, entre outras áreas) dentro do mesmo guarda-chuva coordenado pela Central Única das Favelas (Cufa), entidade que Athayde ajudou a fundar há cerca de 20 anos, em parceria com o rapper MV Bill. “Não sou especialista em negócios, sou especialista em favelas”, define-se. Aos 55 anos, ex-morador de rua, Athayde partiu da observação de modelos de negócios já existentes e os levou para dentro das favelas, buscando, segundo ele, trazer melhor qualidade de vida e proporcionar que as famílias permaneçam mais tempo juntas. O objetivo era ter fechado 2017 com investimentos de R\$ 1,5 bilhão, principalmente em projetos de shoppings populares em grandes centros, como no Morro do Alemão (zona norte do RJ) e em Fortaleza (CE), mas a meta não foi atingida em função de problemas burocráticos na elaboração de parcerias público-privadas (PPPs) com as prefeituras.

Os programas atualmente desenvolvidos pelo Favela Holding costumam envolver grandes corporações. É o caso do Programa Recomeço, que aproveita a mão de obras de ex-presidiários na distribuição (por meio da Favela Log, do grupo) de produtos da Natura para as cerca de 2 mil consultoras (metade delas nas favelas) cadastradas no Rio de Janeiro. “O Favela Log distribui produtos de outras marcas, como Procter&Gamble e Gillette. Em breve, estaremos na venda de produtos da Kibon em carrinhos”, diz Athayde.

As ações necessariamente envolvem moradores das favelas, como é o caso da Comunidade Door, que está presente em 3 mil cidades e utiliza os muros, postes e tapumes das favelas para

“PARA DAR CERTO NA COMUNIDADE, É PRECISO ESTAR INSERIDO E GANHAR A CONFIANÇA.”

FELIPE ARAÚJO, franqueado de três lojas da rede Vai Voando, na comunidade de Heliópolis

divulgação de campanhas públicas de Estados e prefeituras. “A empresa recebe por cada placa colocada, assim como a liderança da comunidade é remunerada”, diz. Os planos não param por aí. Nos próximos meses, será intensificada a distribuição do cartão Cufa Card, que inclui uma conta digital e um cartão pré-pago, válido em todo o Brasil, com a bandeira Mastercard. O projeto-piloto já distribuiu 50 mil cartões. Tanto o cartão como a máquina para receber pagamentos não têm custos para usuário ou comerciante.

QUANDO OS PROBLEMAS APARECEM

Apesar do forte potencial, poucas marcas conhecidas do grande público estão presentes nesse universo. No fim da década de 1990, o McDonald’s chegou a abrir uma loja na Rocinha (RJ), mas fechou o ponto. Os principais gargalos, nunca assumidos publicamente pelos franqueadores, referem-se à segurança. Segundo o vice-presidente da Associação Brasileira de Franchising (ABF), André Friedheim, a regularização na ocupação do solo é outro impeditivo. “Há espaço em alimentação e serviços, mas os pontos precisam estar nas áreas de entrada das comunidades, onde normalmente há infraestrutura necessária.” A rede de fast-food

Ragazzo (do Habib’s) conta com duas lojas próprias na região de Heliópolis, uma delas no Shopping Heliópolis. Segundo o diretor de operações da marca, Edinelson Miguel, a receita do sucesso está no atendimento. “Os 12 funcionários moram na comunidade e falam a mesma linguagem do cliente, ao explicar as dúvidas sobre os pratos e os preços”, afirma Miguel, que planeja abrir novas lojas em pontos similares.

Enquanto grandes companhias estudam o território, o Facebook já fincou a sua bandeira em Heliópolis. Em uma casa grafitada por um artista local situada na Rua Jovens do Sol, funciona desde 2014 um laboratório de inovação mantido em parceria com a União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (Unas). Lá, são ministrados cursos diários sobre como fazer negócios nas redes sociais. As aulas são aplicadas por monitores da comunidade com a metodologia do gigante digital em uma sala com 15 notebooks. Por lá, já passaram mais de 3,2 mil microempreendedores, diz a publicitária Nínive Loriani Ferreira do Nascimento, monitora da Unas. “Há casos de sucesso nos quais o empreendedor tem quase 80% de sua receita por meio das redes. Na comunidade, o WhatsApp é mais eficiente que o telefone”, afirma.



As iniciativas surgem nos mais diversos setores. Normalmente associado a jovens universitários, o hábito de fumar narguilé em tabacarias com som ambiente está restrito a bairros nobres, certo?! Quem respondeu afirmativamente, errou. Há seis meses, a Tabacaria Narguileiros Hookah, situada em um modesto imóvel na comunidade de Paraisópolis, na região do Morumbi, em São Paulo, recebe cerca de 50 clientes aos fins de semana para experimentar as sensações dos 25 diferentes tipos de tabaco disponíveis. A loja física é um produto do sucesso da loja virtual, criada há três anos pelo ex-técnico de informática Silas Guimarães, que mora na comunidade. “O negócio veio da minha indignação dos preços cobrados pela concorrência. A partir daí, quis ter meu próprio negócio”, afirma Guimarães, que mantém sociedade com seu irmão, Gustavo. O faturamento bruto mensal da loja física e das vendas online fica em torno de R\$ 10 mil. O marketing vem por meio das indicações na comunidade e nas redes sociais. A página oficial da tabacaria no Facebook conta com mais de 800 mil curtidas.

Há ainda aqueles que buscam na sua história de vida a inspiração para os seus empreendimentos. Nascido no Jardim Pantanal, bairro do extremo leste de São Paulo, o engenheiro civil Matheus Cardoso cresceu vendo sua casa invadida pelas águas do Rio Tietê durante os meses de verão. No fim de 2014, aos 21 anos, formado pela Universidade Mackenzie, ele sonhou ser possível desenvolver soluções eficientes e baratas para combater a insalubridade das re-

sidências na região. Sem recursos, apelou para o cartão de crédito da irmã e para os serviços do padrinho, que é pedreiro, e desenvolveu um projeto de pavimentação da garagem de uma vizinha, que sofria constantemente com as enchentes. “A reforma deu certo, e ela começou a alugar a garagem”, recorda. Entusiasmado, convidou dois colegas da companhia de engenharia que estagiava e daí surgiu o Moradigna, cuja missão é oferecer orçamentos em até 12 parcelas, com material, mão de obra e gerenciamento da obra. Desde setembro de 2015, o Moradigna já executou cerca de 400 reformas. As obras mais comuns envolvem banheiros e infiltrações. Graças ao boca a boca, a empresa já expandiu a sua área de atuação para toda a zona leste de São Paulo e nos municípios vizinhos de Guarulhos e Itaquaquecetuba. “Paguei R\$ 3,5 mil em sete parcelas na impermeabilização de uma parede e da minha laje. O orçamento anterior era de R\$ 8,5 mil”, diz Jefferson Luppi, dono de uma casa em São Mateus, no extremo leste. Para conseguir preços que caibam no bolso, Cardoso conta com a parceria de cinco financeiras, fabricantes de material de construção e pedreiros terceirizados da região. Hoje, a empresa tem uma equipe fixa de 11 funcionários. “Nossos recursos vêm de uma porcentagem sobre cada obra. Todo o lucro é reinvestido no negócio”, afirma. Em 2017, o Moradigna foi um dos vencedores do prêmio Incluir, iniciativa do Sebrae e do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD).

Os principais bancos já ligaram o radar nas comunidades. Desde 2002, o Santander desembolsou R\$ 4,4 bilhões em uma linha de microcrédito, que tem limite de até R\$ 60 mil. Segundo o responsável pelo programa, Tiago Abate, o banco possui agentes especializados em três favelas da Grande São Paulo e duas do Rio. O tíquete médio é de R\$ 2,7 mil, que costuma ser aplicado em capital de giro. “Nos últimos 12 meses, passamos de 7 mil para 12 mil o número de clientes em favelas. Os setores com mais procura são os de alimentação e de serviços, como salão de beleza e costura”, diz. A expectativa do banco é expandir a equipe de agentes, principalmente em comunidades do extremo sul de São Paulo.

Em Heliópolis, por exemplo, a empresária baiana Edilma da Silva Santos captou em um banco público um empréstimo de R\$ 100 mil para ampliar a loja de moda feminina Boutique Pimenta Rosa. “Em dezembro, dobrei a equipe para atender a um movimento diário de até 2 mil pessoas, ainda não tive retorno do investimento, mas vou conseguir”, afirma. Afinal, como diz o rapper Mano Brown, “corrida hoje, vitória amanhã/nunca esqueça disso, irmão”.

&

Água, luz e plano de saúde de qualidade: não dá para ficar sem.

Você sabe, ter plano de saúde nos dias de hoje

é item de primeira necessidade: **não dá para ficar sem.**

Por isso, a **Qualicorp** e a **FECOMERCIO-SP** oferecem excelentes opções em condições imperdíveis para você, empregador do comércio.



Planos a partir de

R\$ 218¹



Rede médica
de qualidade²



Livre escolha
com reembolso²



Assistência
viagem²



Carências
reduzidas²



Não fique sem plano de saúde. Ligue agora.

0800 799 3003

www.qualicorp.com.br/anuncio





Mapa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

ESPÍRITO SANTO POTENCIAL REPRIMIDO

Com uma industrialização tardia, o Espírito Santo deixou de ser apenas um grande produtor de café para se consolidar como um Estado fundamental à exportação de commodities. Mas, apesar de possuir o maior complexo portuário da América Latina, a falta de investimento em rodovias de acesso e outros problemas estruturais ainda comprometem o pleno desenvolvimento de sua economia.

texto FABÍOLA PEREZ

C

Com uma das maiores estruturas portuárias da América Latina e posição geográfica diferenciada, o Espírito Santo tem características singulares. Considerado por economistas um corredor para o mercado externo, o Estado capixaba faz das atividades ligadas à indústria exportadora o principal motor de sua economia. “Nosso grau de abertura é muito elevado, o que nos faz ter uma dinâmica diferente da nacional”, explica o professor de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Ednilson Silva Felipe. Todos os dias, carregamentos de mármore, granitos, celulose, aço ou minério de ferro passam pelas principais rodovias do Estado. Nos primeiros meses de 2017, um levantamento realizado pelo Sindicato do Comércio de Exportação e Importação registrou um crescimento de quase 7% nas exportações da região em comparação aos meses de janeiro e fevereiro de 2016.

Para se ter uma ideia do potencial capixaba, basta dizer que o grau de abertura da economia do Estado, ou seja, o nível de inserção das atividades na economia mundial, é de 50% do PIB, segundo Silva Felipe. “Com isso, os setores respondem muito mais aos ciclos externos do que ao mercado doméstico brasileiro”, afirma. Além da proximidade com as maiores metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, os capixabas dispõem de uma estrutura composta por sete portos distribuídos por 417 quilômetros de litoral. Trata-se do maior complexo portuário da América Latina em quantidade de terminais. Se a infraestrutura logística fosse melhor, o Espírito Santo poderia aumentar a eficiência de setores indus-

triais importantes. Uma estrutura portuária comparada às maiores do mundo o colocaria na rota das principais linhas marítimas mundiais, atraindo oportunidades hoje exploradas por outros portos. Um passo definitivo é a instalação do Porto Central em Presidente Kennedy, na região sul. A obra é um complexo industrial portuário privado de águas profundas. Segundo o governo, será um empreendimento que garantirá infraestrutura para a instalação de diversos terminais. Os investimentos previstos na primeira etapa serão na ordem de R\$ 3,5 bilhões. “O Porto Central vai colocar o Estado na rota dos maiores navios do mundo, com até 400 mil toneladas de capacidade”, afirma o CEO do projeto, José Maria Vieira Novaes. Segundo ele, quando estiver em operação, prevista para 2022, a estimativa é de que 2 mil trabalhadores atuem no local.

Outra estrutura relevante é o Porto de Vitória, principal terminal de transporte marítimo da capital. Administrado pela Companhia Docas do



Gabriel Lardello/Folhapress

Porto de Tubarão em Vitória. Estado tem sete portos distribuídos por 417 quilômetros de litoral

Espírito Santo (Codesa), enfrenta, segundo empresários do setor, entraves como a pesagem da carga e o registro de processos feitos em papel. “Um dos aspectos que precisam ser melhorados é a dragagem dos canais de acesso. Os navios são cada vez maiores, o que requer mais profundidade do leito. Isso faz com que algumas cargas cheguem de forma tardia”, afirma o gerente-executivo do Sindicato dos Trabalhadores Portuários do Espírito Santo, Marcos Henrique Lopes.

NOVOS INVESTIMENTOS

Apesar de encarar os mesmos problemas pelos quais passa a indústria nacional, como custos elevados, burocracia e ausência de condições ideais para competitividade, a indústria capixaba registrou bom desempenho desde meados de outubro do ano passado. Para o presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Leonardo de Castro, a perspectiva é positiva para este ano. “Há fatores relevantes que estimulam a

economia, como juros, crédito, inflação controlada e um conjunto de reformas que estão andando. Isso torna o cenário mais dinâmico”, afirma.

Um dos segmentos responsáveis pelo sinal de retomada é o de celulose. A Aracruz Celulose, sediada no município de mesmo nome, é a maior produtora mundial de celulose extraída de eucalipto, com produção que responde por 24% da oferta global do produto.

Em anúncio recente, a companhia afirmou que pretende aprovar até o segundo semestre de 2018 um projeto de fábrica de biopetróleo no Estado. A consumação da proposta prevê investimentos na ordem de R\$ 500 milhões. De acordo com o diretor de Estratégias e Novos Negócios da Fibria, Vinicius Nonino, a fábrica produziria 110 mil toneladas de biopetróleo por ano, o equivalente a 1,3 mil barris de óleo por dia. O empreendimento, segundo o diretor, criaria mil empregos, entre diretos e indiretos. A fábrica usaria cascas e madeira da celulose, produzida na própria empresa, para gerar energia, aquecimento doméstico e fertilizante orgânico.

Embora os empreendimentos estejam sendo planejados para os próximos anos, o município de Aracruz está na mira dos investidores internacionais. No fim do ano, representantes de empresas da Noruega, da China e dos EUA visitaram o complexo portuário da cidade.

POTENCIAL PARA CRESCER

Nos setores de petróleo e gás, o Estado conquistou há alguns anos o posto de segundo maior produtor nacional, atrás apenas do Rio de Janeiro. As atividades de exploração e produção começaram tímidas, com a perfuração de um poço no município de Conceição da Barra, ao norte capixaba. Na década de 2000, com a descoberta do campo de Jubarte, no litoral sul, e do pré-sal, o Estado protagonizou uma verdadeira revolução. Mesmo hoje, após ter sofrido os impactos da crise econômica, petróleo e gás respondem por algo em torno de 15% a 20% do PIB estadual e são responsáveis pelo maior número de investimentos estimados para os próximos cinco anos.

Foi também o Parque das Baleias, onde foi extraído o primeiro óleo do pré-sal do País, que abriu novas fronteiras de tecnologia para a produção capixaba. “Somos referência em custo de extração”, afirma o gerente-geral da Unidade de Operações de Exploração e Produção da Petrobrás no Espírito Santo, Ricardo Morais. “Houve o efeito em cadeia, com o desenvolvimento e a

Prevista para começar em 2019, obra do Porto Central em Presidente Kennedy, complexo industrial portuário privado de águas profundas, tem investimentos previstos de R\$ 3,5 bilhões

qualificação de bens e serviços”, diz. Apesar dos benefícios, Ednilson, da Ufes, ressalta alguns impactos negativos nessas atividades. “A maior parte da produção acontece no mar, e o petróleo é diretamente direcionado às refinarias de outros Estados”, diz Felipe. “O impacto para a economia capixaba, em certo sentido, é indireto”, afirma. Como as atividades acontecem em mares capixabas, o recebimento dos impostos e royalties também influenciam as finanças dos municípios relacionados. “Isso criou um problema para as cidades que se tornaram extremamente dependes desse recurso”, explica o economista. Agora, o ânimo para a retomada vem dos novos leilões em áreas petrolíferas programados para este ano, fruto da mudança da regra na qual a Petrobras era a operadora única do pré-sal, e os planos de investimento da estatal, que dá oportunidade às pequenas e médias petroleiras no Brasil.

O agronegócio é outro setor fundamental para desenvolver a economia capixaba. “Se considerarmos apenas as atividades primárias ligadas ao café, são 130 mil famílias no plantio em cerca de 80 mil propriedades espalhadas pelo Estado”, diz Felipe. “Se as atividades agrícolas se expandirem para a indústria agrícola, que vai além da plantação e passa pelo beneficiamento, o agronegócio poderia gerar em torno de 400 mil empregos no território.” Algumas ações demons-

Rafael Andrade/Folhapress



Plataforma P-34 Juscelino Kubitschek, da Petrobras, no campo de Jubarte. O Espírito Santo é o segundo maior produtor de petróleo e gás do País, atrás apenas do Rio de Janeiro



Maurício Mercer/Folhapress

tram o anseio em avançar no segmento. Com o maior edital do País na área de agropecuária, o Estado possui mais de R\$ 14 milhões aplicados por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação (Fapes). Além disso, há financiamentos voltados para setores como cafeicultura, fruticultura, oleicultura, agricultura orgânica, entre outros. O Sebrae, por exemplo, atendeu 3,6 mil produtores rurais com recursos em consultorias nas áreas de inovação e tecnologia. Uma das produções agrícolas mais relevantes no Espírito Santo é a do café conilon. O município de Marilândia, na região noroeste, tornou-se referência em pesquisas para a produção. No entanto, a atividade ainda não é o carro-chefe da economia do Espírito Santo.

HISTÓRIA E DESAFIOS

Com recursos naturais e potencial explorados somente após a década de 1950, em função da densidade das florestas e das altas montanhas ao redor do Estado, o território capixaba só começou a ser efetivamente povoado com a introdução da cultura do café e, a partir daí, passou a viver um processo de expansão. “A industrialização tardia e as explorações de commodities, da indústria extrativista ou de transformação, características marcantes da região, só começaram a se desenhar a partir da década de 1970”, explica o economista da Ufes. Antes disso, as atividades econômicas eram essencialmente agrícolas e altamente dependentes da exportação do café.

Com a derrocada dos preços internacionais do produto e a erradicação dos cafezais, porém, o caminho para o resgate da economia capixaba passou, enfim, a ser o da industrialização e a exploração de commodities. “Nesses últimos 50 anos, o Estado se consolidou nessas atividades, que foram responsáveis pela dinamização e geração de empregos e renda”, afirma Felipe. A partir da década de 2000, a economia capixaba passou outra vez por um processo de mudança: foi registrado um aumento da importância da indústria não exportadora e dos chamados “arranjos produtivos locais”, ou seja, conjuntos de empresas localizadas em um mesmo território que apresentam capacidade produtiva, articulação, interação e cooperação entre si e com atores como governo e associações empresariais. Apesar disso, as grandes características do Estado continuaram sendo aquelas inauguradas na década de 1970.

Para especialistas, o Espírito Santo ainda sofre com a falta de recursos para infraestrutura. O complexo portuário, composto por instalações públicas e privadas, requer recursos para elevar o volume de negócios e sanar questões estruturais, como a modernização da verificação das cargas. A questão logística também atrapalha. Não basta apenas erguer uma grande estrutura portuária se as condições de acesso a elas ainda são defasadas. Hoje, o Espírito Santo enfrenta problemas referentes à necessidade de duplicação da BR-101 e da BR-262. Na primeira, após a concessão, a empresa que opera a rodovia vem divulgando que não terá condições de cumprir o mandato de duplicação. Também há profunda necessidade de modernizar ferrovias, portos – que apresentam profundos gargalos de acesso – e aeroportos, cujas obras de ampliação já ultrapassam dez anos sem finalização. Como essa agenda está sob responsabilidade do governo federal, tardam em sair do papel, uma vez que o Espírito Santo, a despeito do crescimento dos últimos anos, ainda não é visto como uma economia-chave para desenvolvimento do País.

Em fevereiro deste ano, um importante indicativo deu sinais positivos. O Índice de Confiança dos Empresários do Comércio (ICEC) cresceu 3,7% em relação a janeiro. Comparado ao mês de fevereiro do ano passado, o crescimento foi de 23,1%. A pesquisa, divulgada pela Federação do Comércio de Bens e Serviços e Turismo do Estado (Fecomércio-ES) registrou o maior índice desde junho de 2013. Segundo o presidente da instituição, José Lino Sepulcri, o resultado reflete o aumento da confiança do empresário capixaba com o fim da recessão. “Aos poucos, os empregos também serão gerados, o que aumenta também o ânimo dos comerciantes”, afirma ele. Isso porque, apesar de ter crescido nos últimos anos e apresentado um desempenho superior ao nacional, com a recente crise econômica, a economia capixaba viu a participação no PIB nacional cair. Nos anos anteriores à crise, o PIB estadual chegou a registrar participação de 2% no nacional. No entanto, recentemente esse número caiu. Agora, porém, o conjunto de riquezas do Estado voltou a crescer acima da média do País. “É preciso esperar e caminhar com cautela para que a economia capixaba conquiste espaço no cenário nacional”, diz Felipe.

&

E

ECONOMIA EXTENSA E FÉRTIL

A análise da evolução do comércio internacional brasileiro nos últimos 20 anos mostra uma realidade, de certa forma, conhecida. Mas alguns detalhes nem sempre são bem percebidos. Por um lado, é verdade que o País continua a exportar commodities, e que o saldo comercial em 2017 de R\$ 67 bilhões foi quase que inteiramente em decorrência da exportação líquida de produtos básicos e uns poucos semimanufaturados que geralmente são básicos “melhorados”, como o suco de laranja concentrado. Por outro lado, é errado afirmar que o País não tenha nenhuma competitividade na produção industrial mais elaborada.

Parte dessa constatação está diretamente ligada ao fato de que o Brasil é um grande e histórico exportador de commodities e importador de manufaturados. Mas se olharmos a trajetória do saldo comercial ao longo de duas décadas, podemos notar que não é irrelevante a capacidade brasileira de se fazer saldo ou ao menos de reduzir o déficit dos manufaturados. Importante salientar que essas variações dependeram do câmbio e foram influenciadas por momentos de recessão, mas, de qualquer maneira, a oscilação positiva do resultado indica que o País tem uma indústria complexa e capaz de exportar e competir – é claro, se dispor de condições favoráveis.

A solução não passa por fechar a economia ou dar subsídios ineficientes e custos ao resto da sociedade. Também não é o caso de guerra cambial,

mas de buscar ganhos internos e duradouros de competitividade, tais como trabalhar para diminuir custos trabalhistas, reduzir risco jurídico (que aparentemente está melhorando), desburocratizar a relação entre empresa e Estado, melhorar a legislação e elaborar acordos bilaterais mais eficientes. Nesse sentido, a FecomercioSP acaba de criar a Comissão de Relações Internacionais, que desenvolverá iniciativas em conjunto com consulados e câmaras de comércio, propondo ações que aprimorem o protagonismo do Brasil perante a comunidade internacional.

Para exemplificar, analisemos o setor de carros. Em 2017, o Brasil exportou 60% mais automóveis do que em 2016, o que significou uma venda internacional nada desprezível de 800 mil a 900 mil automóveis produzidos aqui. Alguns fatores devem ser levados em conta para esse resultado: a recuperação de economias como a da Argentina; e a queda do mercado interno, que despertou nas montadoras um olhar mais cuidadoso para o mercado externo.

Se o País combinar investimentos em pesquisa e inovação, sua posição estratégica no Hemisfério Sul e o grande potencial na indústria, em alguns anos os índices da produção e de exportações de manufaturados poderão ser tão vistosos como o das commodities, em que a produtividade brasileira é imbatível, ainda que mais pelas condições naturais do que pelo ambiente de negócios.

O Brasil carece agora de ser “ensolarado, extenso e fértil” também no cenário econômico, e de evoluir para além das vantagens naturais, criando vantagens de capital humano e de segurança jurídica, entre outros pontos que a Comissão de Relações Internacionais da Entidade apontará em seu trabalho.

&



RUBENS MEDRANO

é empresário, vice-presidente da FecomercioSP e coordenador da Câmara Brasileira de Comércio Exterior da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)



INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS
PARA O EMPREENDEDOR?
QUEM REPRESENTA,
OFERECE.

MAIS DO QUE REPRESENTANTES,
SOMOS EMPREENDEDORES.
ENTENDEMOS OS DESAFIOS
DE ESTAR À FRENTE DE UMA
EMPRESA E, POR ISSO MESMO,
GERAMOS CONHECIMENTO
PARA FOMENTAR OS NEGÓCIOS.

Elaboramos e analisamos indicadores reconhecidos pelo mercado. Disponibilizamos publicações impressas e digitais. Mantemos um portal com informações relevantes e atuais. Enfim, estamos sempre produzindo soluções e conteúdos para ajudar o empresário paulista em sua tomada de decisões.

Acesse www.fecomercio.com.br e confira.

FECOMERCIOSP

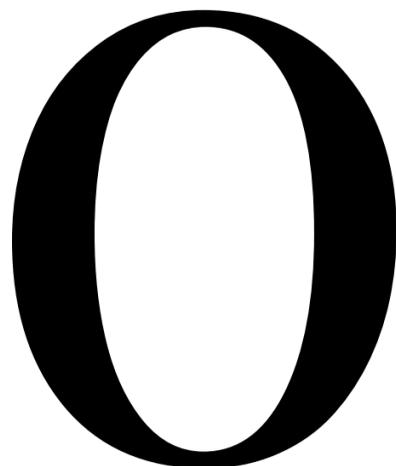


Fotos: Brazil Photo Press/Folhapress

OPORTUNIDADES DESPERDIÇADAS

O homem nunca produziu tanto lixo como hoje. A geração de resíduos sólidos urbanos (RSU) é um problema em todos os países, que apostam em soluções diferentes: reciclagem, reúso, redesignação, reaproveitamento, queima e envio para lixões, aterros controlados e aterros sanitários. No Brasil, que teve aumento no consumo de alimentos, bens não duráveis e semiduráveis nas últimas décadas, o tema se tornou ainda mais complexo e urgente.

texto THÉO SAAD



Os últimos números disponíveis sobre a geração de RSU no País apontam para uma ligeira queda em termos de quantidade produzida. De acordo com dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), em 2016 foram geradas 78,3 milhões de toneladas de RSU, recuo de 2% em relação ao ano anterior. O resultado seria um alívio se não estivesse atrelado à retração da economia nos anos recentes, e não à conscientização das pessoas. A redução também foi acompanhada por uma contração de 1,7% na quantidade de toneladas coletadas diariamente no Brasil.

Naquele ano, 91% dos RSU foram coletados no País, o que significa dizer que 7 milhões de toneladas de resíduos não foram recolhidos e tiveram destinação imprópria. No relatório “Panorama dos Resíduos Sólidos”, a Abrelpe resume que a redução na geração poderia ser um “dado animador se toda a gestão de coleta, destinação e recursos aplicados no segmento de limpeza também tivessem evoluído”. Em torno de 81 mil toneladas de resíduos urbanos gerados diariamente ainda têm destinação inadequada, segundo a entidade. Ou seja, são encaminhados para aterros controlados ou lixões, locais impróprios que não contam com a gestão ambiental adequada. Nesses recintos, não há impermeabilização do solo nem controle correto de impactos ao meio ambiente – como contaminações do solo e de lençóis freáticos. A destinação adequada também teve queda inexpressiva, de 58,7% do total em 2015 para 58,4% em 2016.

O “mau desempenho do setor”, segundo a Abrelpe, também foi percebido no aumento do número de cidades que deixaram de utilizar os aterros sanitários e passaram a enviar os resíduos para

lixões: de 1.552 em 2015 para 1.559 em 2016, 27,9% dos 5.570 mil municípios brasileiros. Esse conjunto de cidades que faz dos lixões prática comum é responsável por cerca de 34 mil toneladas diárias.

IMPACTOS NÃO MENSURADOS

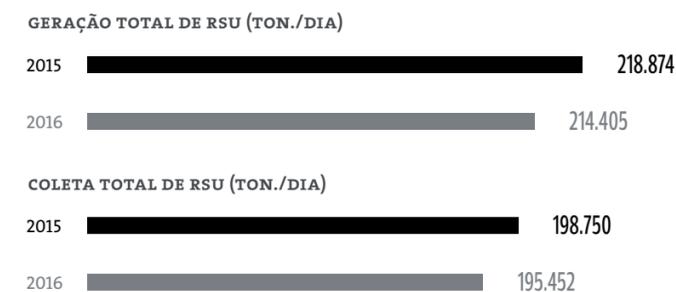
Se considerarmos que o lixo é uma doença e o Brasil é o paciente, essas pequenas mudanças nos sintomas ainda estão longe de decretar a morte do enfermo, mas certamente significam que o quadro geral se agravou. Se antes o paciente estava se recuperando, com um protocolo de tratamento organizado (a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS), agora o quadro é de piora. Cairam os investimentos no setor. Os recursos aplicados, segundo a Abrelpe, recuaram 0,7% entre 2015 e 2016, levando a conta para R\$ 9,92 mensais por habitante. No mesmo período, 17,7 mil postos de trabalho diretos foram fechados.

O diretor-presidente da associação, Carlos Silva Filho, avalia que o assunto da gestão de resíduos ainda não está maduro no Brasil. “Principalmente com as prefeituras, que, apesar de vinculadas à PNRS – uma lei moderna e vigente há sete anos –, ainda não cumpriram com as suas responsabilidades e, ante um cenário de retração econômica, sacrificam as ações em curso, mesmo que isso traga prejuízos maiores no futuro e prejudique a saúde das pessoas”, afirma.

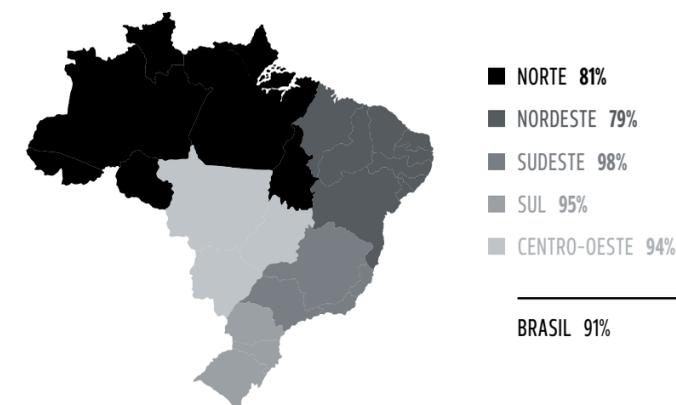
Para o diretor do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), associação sem fins lucrativos dedicada à promoção da reciclagem de resíduos, André Vilhena, a capacidade que as prefeituras têm de gerir o lixo produzido é um dos pontos nevrálgicos do problema. “A legislação diz que são elas as responsáveis, e a maioria, muitas vezes por má gestão ou mesmo por não priorizar o tema, não dá conta de controlar o lixo adequadamente”, diz. O Cempre reúne 29 grandes empresas da indústria e do varejo, como AmBev, Arcor, Bunge, HP e Nestlé.

Exemplo icônico do problema é o “Lixão da Estrutural”, uma área de 200 hectares localizada em Brasília, a cerca de 18 quilômetros do Palácio do Planalto. Considerado o maior lixão da América Latina, foi desativado somente no dia 20 de janeiro deste ano, após determinação da Justiça Federal, depois de mais de 60 anos de atividade – o local começou a receber lixo ainda na época da construção da capital, na década de 1950. Diante de tal situação, a pergunta que se faz é: “Se a capital do País não destina o lixo corretamente, imagine as cidades pequenas?”.

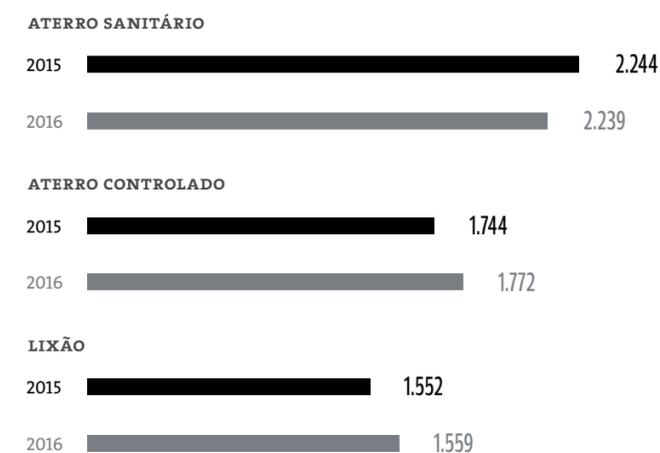
OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO BRASIL



ÍNDICE DE COBERTURA DA COLETA DE RSU POR REGIÃO



TIPOS DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS (EM NÚMEROS DE MUNICÍPIOS)



Os números da Abrelpe dão pistas sobre a situação atual. No Brasil, 69,5% dos municípios contam com alguma iniciativa de coleta seletiva, o que não significa que necessariamente todo o território de uma cidade é atendido por esse tipo de coleta, e muito menos que os índices de recuperação de recicláveis sejam adequados. Nas regiões Sul e Sudeste, os índices são de 89,8% e 87,2%, respectivamente, de cidades com alguma seleção em sua coleta. Já no Nordeste, caem para 49,6%, e no Centro-Oeste, para 43,3%.

Para o presidente do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP, José Goldemberg, o Brasil vem se esforçando para cumprir as metas estabelecidas pela PNRS, mas ainda há muito por fazer. “A situação é bastante heterogênea. O Estado de São Paulo praticamente acabou com todos os lixões (ainda há 23 municípios de pequeno porte responsáveis pela geração de duas a cinco toneladas por dia com depósitos irregulares), mas nos Estados do Norte do País, a situação não é encorajadora”. A coordenadora do departamento técnico da Abrelpe, Gabriela Otero, opina que o maior entrave hoje está nas prefeituras, que tratam o lixo como “o último dos problemas”. Ela pondera, no entanto, que “há paradigmas de boa gestão”.

Em Paulínia, no interior de São Paulo, por exemplo, a prefeitura instalou coletores de lixo subterrâneos nas calçadas da região central da cidade, o que evita a acumulação nas ruas e a consequente proliferação de pragas e vetores. A iniciativa facilita a coleta, que não precisa mais ser feita diariamente, mas a cada três dias, baixando, então, o custo dos contratos com as empresas coletoras.

COLETA LINEAR, COLETA CIRCULAR

A questão, contudo, não é apenas coletar o lixo, mas o que fazer com ele. No conceito de coleta linear, os RSU são recolhidos, destinados e aterrados. Na concepção mais moderna de gestão do lixo, a circular, ele é recolhido, separado, revendido, reutilizado, redestinado e retransformado. Também na circular o lixo orgânico vira recurso, ao produzir cinco subprodutos: composto sólido orgânico (utilizado na agricultura e no reflorestamento), biofertilizante, biogás, gás natural veicular e energia termoeletrônica. “O lixo hoje é recurso. Se tratado adequadamente, ele tem valor monetário. E pode ser um valor alto”, atesta Gabriela, da Abrelpe. O problema da situação brasileira, segundo ela, ocorre em razão de a maior parte das prefeituras não conseguir se organizar para extrair do RSU o valor dele. “As

“Lixão da Estrutural”, em Brasília, desativado depois de 60 anos de atividade

administrações públicas veem o resíduo como lixo. Se não corta uma fita inaugural, se não aparece no jornal, não dá ‘ibope’, os prefeitos deixam para o último lugar. Perdem gerações de emprego, renda, impostos e matéria-prima que poderia ser utilizada pela indústria”, critica.

Vilhena, do Cempre, aponta questões tributárias como entraves para a consolidação da coleta seletiva, reciclagem e reúso da matéria-prima. “Há bitributação na matéria-prima que vem do lixo. Uma embalagem, por exemplo, já pagou os impostos quando foi produzida. Quando ela vai voltar para a cadeia produtiva, depois de coletada e separada, ainda tem que pagar ICMS”, explica. Em grande parte dos Estados, o Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a cadeia da reciclagem é de 18%. “A renúncia fiscal que poderia ser dada nesses casos não é tão grande, até porque hoje a arrecadação [sobre essa atividade] é pequena, por causa da alta informalidade”, assegura.

Um dos interessados na resolução desse ponto, o setor industrial, tem advogado pelo fim da tributação dobrada. “A indústria tem desenvolvido propostas para acabar com a bitributação dos materiais reciclados para estimular seu uso cada vez maior como insumo para a produção de novos produtos. Essa é a tendência, e é preciso garantir que os reciclados sejam viáveis economicamente para se reduzir as pressões sobre os recursos naturais e baratear produtos”, analisa o gerente-executivo de Meio Ambiente e Responsabilidade Social da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Davi Bomtempo.

CATADORES

Se o fim da bitributação é um fator importante para o estímulo ao reúso de matérias-primas, outro ponto crucial é a valorização dos agentes intermediários no processo: os catadores. “A PNRS colocou o catador num patamar importante. Mas isso está só no papel. Na prática, nós somos esquecidos pelo Poder Público”, conta o coordenador nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Reciclados (MNCMR), Roberto Laureano. “Boa parte dos municípios não contempla os catadores como elemento

importante da cadeia de coleta e separação do lixo. Em muitos, eles não são oficiais, trabalham à margem do sistema”, complementa.

Segundo ele, se os materiais recicláveis ficam mais atraentes para as indústrias, os catadores serão mais valorizados, uma vez que existe uma rede já formada de coleta e separação. “O catador de rua, por exemplo, pega só materiais que têm valor, materiais-chave, como alumínio e papelão. Aqueles sem valor aparente acabam ficando. Esses materiais são recolhidos pelas empresas e levados para as cooperativas, que gastam tempo e recursos separando materiais sem valor. Isso é o que precisa mudar”, diz. Ele sugere que a indústria continue a reutilizar esses materiais de menor valor agregado deixados de lado hoje pelas cooperativas. “A indústria é peça-chave nesse esquema. A inovação nos produtos e embalagens pode contribuir muito para a reutilização de um maior número de materiais, aumentando o valor de cada um e contribuindo com melhor coleta e separação.”

Bomtempo, da CNI, pondera que “a indústria tem expertise na gestão de resíduos e é provedora de soluções para reciclagem dos inúmeros mate-

riais e produtos que fazem parte do lixo doméstico. O setor investe em cooperativas, equipamentos, treinamento e organização de catadores de materiais recicláveis desde a década de 1990”.

DESPERDÍCIO

Sobre a crítica que se faz às embalagens de produtos industriais, que às vezes envolvem produtos já embalados (por exemplo, uma caixa de papelão que protege biscoitos contidos em uma base plástica e envoltos em outro plástico flexível), Davi Bomtempo ressalta que elas existem para proteger os produtos de contaminação e preservar o conteúdo e a forma contra impactos e agentes externos que possam prejudicar a qualidade e o uso. “O exemplo dos cookies mostra bem a necessidade de diversas embalagens necessárias para a produção em massa e a comercialização em escala, sem a qual o custo do produto seria muito maior, além de perdas e insatisfação dos consumidores. O que a indústria já vem fazendo é investir no desenvolvimento de embalagens mais amigáveis ao meio ambiente, isto é, mais recicláveis e com menos uso de materiais”, explica. Não é o caso, por exemplo,



Brazil Photo Press/Folhapress

NA COLETA LINEAR, OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS SÃO RECOLHIDOS, DESTINADOS E ATERRADOS. NA CONCEPÇÃO MAIS MODERNA DE GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, A CIRCULAR, ELE É RECOLHIDO, SEPARADO, REVENDIDO, REUTILIZADO, REDESTINADO E RETRANSFORMADO

das latas de atum vendidas dentro de uma caixa de papel-cartão.

André Vilhena, do Cempre, concorda que a cadeia industrial deve se atentar para a responsabilidade socioambiental ao citar como exemplo produtos concentrados como amaciantes e sabões líquidos, que usam quantidades menores de produtos e de embalagens. No entanto, ele afirma que existe um limite para se diminuir o peso, o volume e a quantidade de material: “Há questões como segurança do transporte, manuseio e segurança alimentar, entre outras, que precisam ser levadas em conta”.

NA PRÁTICA

Se a conscientização da população de que todos os resíduos sólidos gerados por ela não são lixo e devem ser coletados, separados e, quando possível, reciclados e reutilizados, são quatro as grandes contribuições que todo cidadão pode dar para amenizar o problema dos RSU: diminuir a quantidade de resíduos gerados, mudando hábitos de consumo; preferir sempre produtos com menos embalagens ou que tenham menor impacto ambiental e sejam reutilizáveis ou recicláveis; fazer a primeira separação do material no local da geração, separando os rejeitos e orgânicos do reciclável e daqueles destinados à Logística Reversa com pontos de entrega definidos, como lâmpadas, pilhas, baterias, celulares, entre outros; e dispensar os resíduos sempre nos locais adequados e nos horários corretos da coleta. “As pessoas precisam repensar os hábitos de consumo. Evitar comprar fruta descascada na bandeja de isopor e envolta em plástico-filme; diminuir o desperdício de comida, prestando atenção na validade dos produtos; pedir as porções adequadas nos restaurantes, para não ter sobra; e não pedir canudo, recibo da via do cartão e guardanapo extra”, sugere Gabriela, da Abrelpe.

Para Vilhena, do Cempre, o comércio é a “ponta de lança” da conscientização da população. “As pessoas estão todos os dias nos lugares de grande circulação, em supermercados, farmácias, centros comerciais, restaurantes, lanchonetes. Se os comerciantes aumentarem o engajamento, dando informações, tornarem-se parceiros das prefeituras, todo o setor melhora”, afirma.

Edson Tomaz de Lima Filho, presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb) de São Paulo, onde são coletadas 12 mil toneladas diariamente com 35% de recicláveis e só 2% são efetivamente reciclados, usa

um exemplo internacional. “Temos um ápice de experiência que é Tóquio, no Japão, onde não há lixeiras e você não vê um lixo no chão. Cada um é responsável pelo que produz. Acredito que esse seja um caminho. Até que isso aconteça, nós temos de ter consciência.”

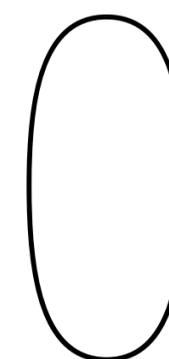
Goldemberg, da FecomercioSP, sugere que uma solução seria a gestão integrada por grupos de municípios, pois aumenta a escala e permite o uso de consórcios para aterros, unidades de compostagem e de aproveitamento energético, entre outras. “Portugal, com área similar ao Estado de Santa Catarina e população equivalente ao Paraná, é um excelente exemplo: 23 sistemas de gestão intermunicipal de resíduos sólidos urbanos atendem de maneira adequada cem por cento da população desde 2002, sendo que em 1996 possuía 341 lixões e menos de 25% da população atendida de maneira adequada.” Por fim, o especialista adverte sobre a importância da participação da iniciativa privada com a implementação de sistemas de Logística Reversa para os resíduos considerados de significativo impacto ambiental que são gerados nas residências, como baterias, pilhas e eletroeletrônicos.

&



ESTRESSE NA COMUNIDADE

texto ROSEANE SANTOS



O Rio de Janeiro se preparava para um grande festival de rock, em setembro de 2017, quando tiros anunciaram o início de um dos maiores confrontos da história da favela da Rocinha, zona sul da cidade. A preocupação legítima, mas esporádica, de quem cruzaria os caminhos de tensão para chegar ao Rock in Rio não pode ser comparada ao terror que já faz parte da rotina dos moradores das comunidades cariocas. Talvez nem mesmo eles saibam o quanto são afetados, física e mentalmente, pelo conflito constante.

O estresse não é considerado oficialmente uma doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS), mas como acomete cerca de 90% da população do planeta, é propalado pela entidade como o mal da modernidade. A lista de problemas de saúde que podem surgir em função do estresse é grande. Alguns dos mais comuns são alergias, transtorno de pânico, infecções causadas por baixa imunidade, depressão, asma, bronquite, contração muscular crônica, enxaqueca, gastrite, obesidade e até alguns tipos de câncer.

O quadro piora quando a origem do estresse não pode ser controlada, como é o caso de quem habita nas muitas comunidades do Rio de Janeiro dominadas pelo tráfico. No fim de 2006, a fisioterapeuta Mônica Cirne, 49 anos, começou a atender de forma voluntária os moradores do Complexo do Alemão, conjunto de favelas localizado na zona norte, divisa com os bairros de Olaria, Inhaúma, Bonsucesso, Higienópolis e Ramos. A região é considerada uma das mais violentas da cidade e ganhou destaque nos noticiários por ter sido o cenário do assassinato do jornalista Tim Lopes, em 2002.

O objetivo de Mônica não era atender somente vítimas de balas perdidas, mas também aquelas que ficavam com sequelas diretas e indiretas causadas pela violência e pela falta de assistência dos serviços públicos. “Nessa época, aquela área estava em plena guerra. Eu tinha de fazer alguma coisa. Os tiroteios não tinham hora para acabar, tampouco para começar. Imagina sair e ter a certeza de que qualquer hora pode ser atingido ou que isso poderia acontecer com outra pessoa da sua família”, lembra a fisioterapeuta.

Essa preocupação levou a empregada doméstica Lucilei Silva, 47 anos, a ter um derrame cerebral. “O meu filho tinha saído quando escutei o barulho dos tiros. Queria ir atrás dele, mas não podia sair de casa. Aquilo foi me dando uma angústia, a minha pressão subiu, apaguei. Quando vi, já estava no hospital”, conta. Ela procurou a fisioterapeuta para restabelecer o movimento das pernas e mãos após 18 dias em coma.

No começo, Mônica atendia em um pequeno salão cedido por um padre na Paróquia São Sebastião, em Olaria, mas a procura foi tamanha que logo houve a necessidade de um espaço maior. Seu trabalho se transformou no Instituto Movimento e Vida, agora com sede própria, onde atende 70 pessoas por dia, com a ajuda de voluntários. De lá para cá, a fisioterapeuta percebe um número cada vez maior de jovens que a procuram com doenças relacionadas ao estresse e à insegurança.

Como exemplo do seu cotidiano, a fisioterapeuta cita o que aconteceu com o adolescente Hemerson Nogueira, hoje com 16 anos. “Ele estava com 14 anos de idade e passou

mal enquanto jogava futebol com os amigos na quadra da comunidade. Ninguém poderia imaginar que se tratava de um derrame, mas era. Ele veio até nós para tratarmos das dificuldades nas pernas e na fala. Foi muita fisioterapia, mas ele está bem”, comemora.

Segundo ela, atendimentos “simples” são raridade. “É muito difícil alguém chegar aqui somente com uma dor na coluna. Grande parte é de acidentados de moto, vítimas de atropelamentos e muitos com crise de hipertensão ou paralisia facial”, relata. “O número de casos de acidente vascular cerebral (AVC) vem crescendo de forma assustadora, inclusive em adolescentes. O medo está presente no cotidiano deles, o medo de sair e não voltar, de ter sua casa invadida, da bala perdida, tudo colabora para o nível de ansiedade aumentar. Imagina viver isso todos os dias?”, sugere.

Outro fator que dificulta o tratamento dos moradores de favelas é o acesso a hospitais e postos de saúde, frequentemente controlados pelo tráfico de drogas. Dessa maneira, o estresse, além de causa, torna-se também uma consequência. “Certa vez, um rapaz foi atropelado por uma roda de caminhão e precisava de cuidados para se recuperar, mas não conseguia sair do morro. Quem se arriscaria a ir lá? Foi uma corrente de solidariedade para ele chegar até aqui, muitos ajudaram no transporte”, conta Mônica.

A psicanalista Maria Teresa Naylor endossa as palavras da fisioterapeuta, frisando que essa população sofre também porque vive à margem de muitos serviços relacionados ao bem-estar. Ela é uma das coordenadoras do Projeto Travessias, criado pela Sociedade Brasileira de Psicanálise em 2003 para promover ações de atendimento aos problemas de saúde mental em favelas do Rio de Janeiro.

A iniciativa já passou por comunidades como o próprio Complexo do Alemão e morros do Boréu e dos Macacos, no bairro da Tijuca. “Eu também sofro com a violência, mas se algo acontecer comigo, vou ter onde pedir ajuda, porque tenho um plano de saúde. As pessoas adoecem por causa do tiro? Sim, mas também pelas faltas de trabalho e de assistência, de conviver com o lixo. Tudo isso gera estresse”, justifica.

De acordo com Maria Teresa, o estado emocional dessa população é inimaginável para quem está fora dessa realidade. “É algo que vai além do medo, é viver com pavor”, lamenta. Maria Tereza ficou tocada com o comporta-

mento agressivo das crianças que chegavam para ser assistidas no projeto. “Elas não sabiam pedir, não tinham controle, gritavam, brigavam. Precisamos de um bom trabalho para dar a ideia de respeitar o colega ao lado, para transmitir um pouco mais de tranquilidade”, diz.

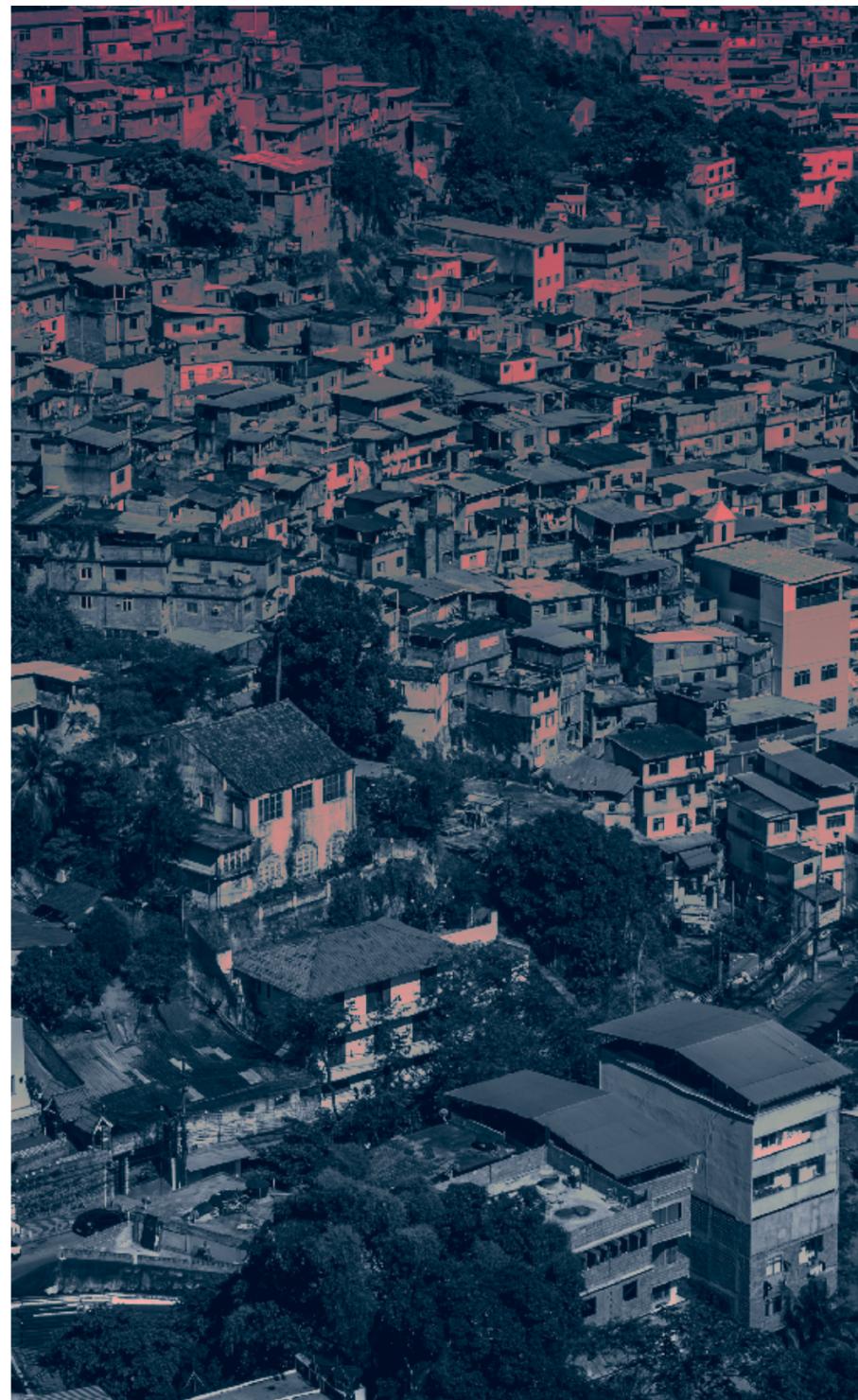
Esses problemas de ordem social também são apontados por Luciana Japiassu, psiquiatra da Coordenação de Emergência da Regional Barra da Tijuca do Rio Saúde (Empresa de Saúde Pública). A unidade recebe moradores de diversas áreas de risco da zona oeste, incluindo a comunidade Cidade de Deus, uma das mais famosas da cidade, título do premiado filme do diretor Fernando Meirelles (2002).

A médica afirma que a demanda pelo serviço de saúde mental, criado em 2016, vem aumentando de forma alarmante: o número de atendimentos cresceu cerca de 50% no último ano. “Temos dificuldade de realizar acompanhamentos psiquiátricos e ambulatorial por falta de profissionais e medicamentos”, informa. São casos de quadros psicóticos agudos, depressão, ansiedade e intenção suicida. Apesar disso, grande parte dos pacientes não relaciona seus sintomas dessas doenças com as dificuldades do cotidiano. “É como essa população já estivesse acostumada com a violência”, diz.

PÓS-TRAUMA

Vivem em todo o Estado do Rio de Janeiro 16 milhões de pessoas, das quais é estimado que 550 mil sofram do chamado “transtorno de estresse pós-traumático” (TEPT). Estudo ainda não publicado do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) mostra que 97,6% dos casos de TEPT não são identificados pelos médicos em exames clínicos convencionais.

Outro dado curioso é apontado pelo coordenador do projeto social Brasil Sem Alergia, o médico Marcello Bossois. O programa atende 10 mil pessoas por mês, sendo 80% moradores



VÍTIMAS DA INSEGURANÇA COTIDIANA, MORADORES DE FAVELAS DO RIO SÃO CADA VEZ MAIS ACOMETIDOS POR DOENÇAS RELACIONADAS AO ESTRESSE

de comunidades localizadas na capital carioca e na Baixada Fluminense. Ele calcula que cerca de 70% dos casos de urticária que chegam aos postos têm origem nervosa e estão relacionadas ao estresse. “No nosso organismo, o ideal é que a liberação de adrenalina seja feita de vez em quando, mas em regiões de conflito isso acontece diariamente, e acaba causando distúrbios hormonais”, relata.

Bossois explica que grupos sobreviventes de grandes traumas deixam uma herança genética negativa. “Pesquisas apontam que até a terceira geração de comunidades que passaram por genocídios têm uma tendência latente ao suicídio, à ansiedade e à depressão. Quando crianças são sistematicamente submetidas a maus tratos, com o passar do tempo se cria uma sociedade doente, improdutiva e com problemas sociais”, afirma. Apesar da triste constatação, Bossois observa que algumas medidas alternativas podem amenizar o problema. “Métodos de relaxamento geram bons resultados para o tratamento da urticária originada pelo estresse”, aponta.

A instrutora que coordena o RAS (curso Respiração, Água e Som), Lanusia Cavalcanti, é um bom exemplo da eficácia dessas técnicas. Ela foi convidada pelo posto de saúde da Cidade de Deus para ministrar um projeto de meditação e ioga, em razão dos crescentes casos de síndrome do pânico e transtornos de ansiedade na região. “Muitos moradores passaram a pro-

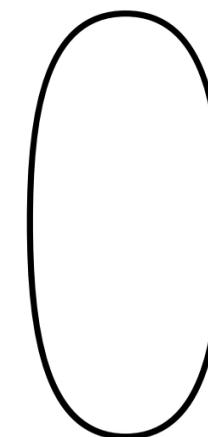
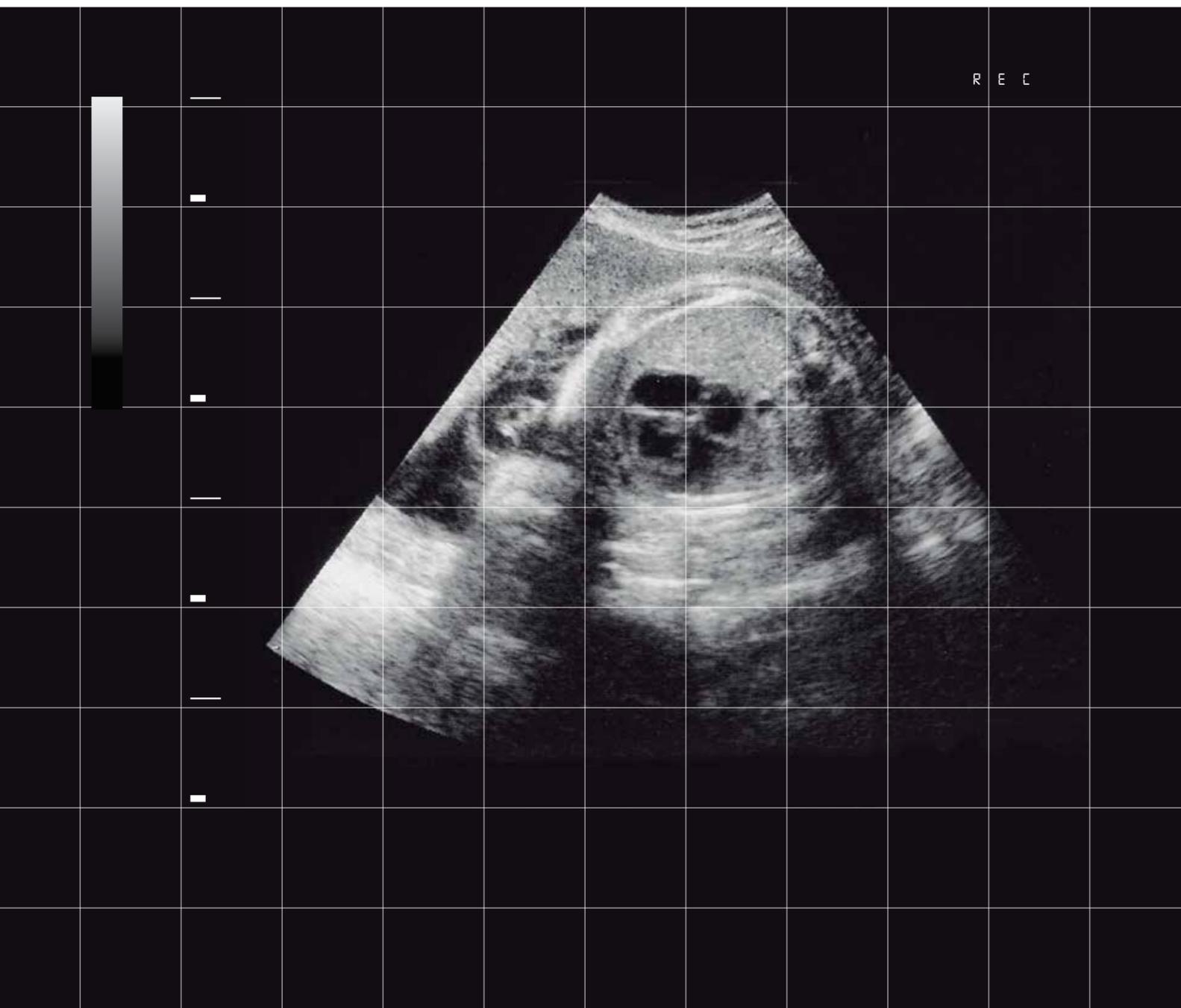
curar o posto para pedir medicamentos para controlar o nervosismo, e isso chamou a atenção de quem trabalhava lá”, conta Lanusia. Paralelamente, dados da RioSaúde mostram que o atendimento a pessoas baleadas nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) dessa área cresceu 78% em um ano.

Além da Cidade de Deus, o projeto também atua no Morro do Salgueiro; na favela Maceió, em Niterói; no Complexo da Maré; e no município de Paraty, litoral sul do Estado. “Costumamos atender, em média, 25 crianças e 12 adultos por curso, mas esse número é variável. O que notamos é que as crianças chegam bem agitadas e aos poucos percebem o benefício da prática, e os adultos relatam que a qualidade de sono melhora muito depois da meditação. Uma simples noite de sono não é algo tão comum para quem vive na realidade deles”, assegura Lanusia.

&

ABORTO, A CONTROVÉRSIA CONTINUA

texto FABÍOLA PEREZ



O ambiente familiar, que deveria ser o mais seguro e acolhedor, é geralmente o inferno de onde a grande maioria das vítimas gostaria de escapar. O desespero toma conta das mulheres que se imaginam com um filho gerado de um ato de agressão. Muitas escolhem interromper a gravidez para não interromper a própria vida. As que levam a gestação adiante carregam para sempre uma experiência traumática. A violência intra-familiar corresponde a 80% dos casos de violação de direitos das mulheres, e a consequência mais recorrente desse fenômeno é o aborto.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Aborto (PNA), realizada pela Universidade de Brasília (UnB) e publicada em 2016, foram registrados 503 mil casos de abortamento no País no ano anterior, 99,7% destes ilegais. As complicações decorrentes do procedimento fazem o Sistema Único de Saúde (SUS) registrar de 750 mil a um milhão de internações por ano. Nos casos em que a interrupção da gestação é amparada por lei, quando envolve risco à vida, estupro ou anencefalia, o cenário também é dramático. Registros indicam que o serviço legal era garantido por 65 centros de atendimento. Hoje, esse número caiu para 30. “Por isso, o aborto deve ser entendido como uma questão de saúde pública”, afirma a psicóloga e doutora em Saúde da Mulher pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Carolina Leme Machado de Godoy.

Esse cenário pode se agravar ainda mais nos próximos meses. Desde novembro do ano passado, uma alteração no texto de um projeto de emenda constitucional fez soar um alerta. Algumas entidades ligadas ao direito reprodutivo temem que o novo trecho coloque em risco até mesmo casos de interrupção de gestação já previstos em lei. Inicialmente, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 181 foi criada para ampliar os direitos trabalhistas, com o aumento do tempo da licença-maternidade para mães de bebês prematuros. O relator do texto-base, Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP), no entanto, inseriu o concei-

to de proteção da vida com base na concepção. Com essa alteração, os direitos constitucionais da pessoa humana, da inviolabilidade da vida e a igualdade de todos perante a lei passam a ser considerados desde a concepção, e não a partir do nascimento – o que levou à instalação de uma comissão especial para discutir o aborto. “É uma manobra artilosa que representa uma violação à Constituição Federal”, acredita a promotora de Justiça de São Paulo e integrante do Grupo de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar (Gevid) Fabiana Dal’Mas Rocha Paes.

O relator do texto argumenta que nada muda nos casos de aborto permitidos por lei e rebateu as críticas de que os casos de interrupção por estupro e de risco de vida seriam criminalizados. “Colocando desde a concepção, vamos evitar a legalização do aborto a partir do terceiro mês”, garante. Os defensores da mudança afirmam que o Brasil deve seguir uma convenção da qual é signatário, o Pacto de San José da Costa Rica, ratificado em 1992. O texto, sobre pena de morte, afirma que o direito de respeito à vida “deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção”. O tratado se tornou conhecido por estabelecer o veto à pena capital na América Latina. No entanto, em 1984, antes de aderir ao pacto, o País já havia assinado o Cedaw (sigla em inglês que significa “Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher”), acordo que pretende garantir os direitos das mulheres e que pede que o Brasil revise a legislação criminal sobre o tema. Hoje, a mulher que interrompe a gestação ilegalmente pode receber a pena de um a três anos de prisão. Mas, segundo especialistas, antes de qualquer coisa, é importante esclarecer a diferença entre legalização e descriminalização. “Fazer com que as pessoas entendam o assunto sob o ponto de vista da proteção à saúde, deixando para trás a ótica criminal, é o primeiro passo”, pondera Fabiana.

Não é de hoje que parlamentares tentam interferir nesse processo. Em 2015, um projeto de lei

de Eduardo Cunha (PMDB/RJ) tentou dificultar o acesso das mulheres ao serviço de abortamento legal. Ele previa a obrigatoriedade do boletim de ocorrência e do exame do corpo de delito para que a mulher tivesse acesso ao serviço.

A criminalização do aborto no País leva, anualmente, milhares de mulheres a escolher entre os riscos do procedimento de interrupção ou a gravidez indesejada. A mesma PNA 2016, da UnB, estimou que uma em cada cinco mulheres de 40 anos fez ao menos um aborto na vida. Só em 2015, teriam sido realizados no Brasil cerca de meio milhão de abortos. Por trás do número assustador estão as consequências do procedimento clandestino. “Ocorrem infecções e casos de infertilidade e de doenças crônicas”, afirma o ginecologista e professor da instituição Antônio Carlos Almeida da Cunha. Com a proibição da prática, muitas mulheres encontram na internet toda a informação necessária para abortar. Há grupos fechados em redes sociais que facilitam o acesso ao remédio e às clínicas clandestinas em diferentes regiões do País. Quando realizado em condições de insegurança, o aborto pode levar ao óbito da mulher. Seguindo o protocolo da Organização Mundial da Saúde (OMS), a prática só leva à morte do feto.

ABORTAMENTO LEGAL

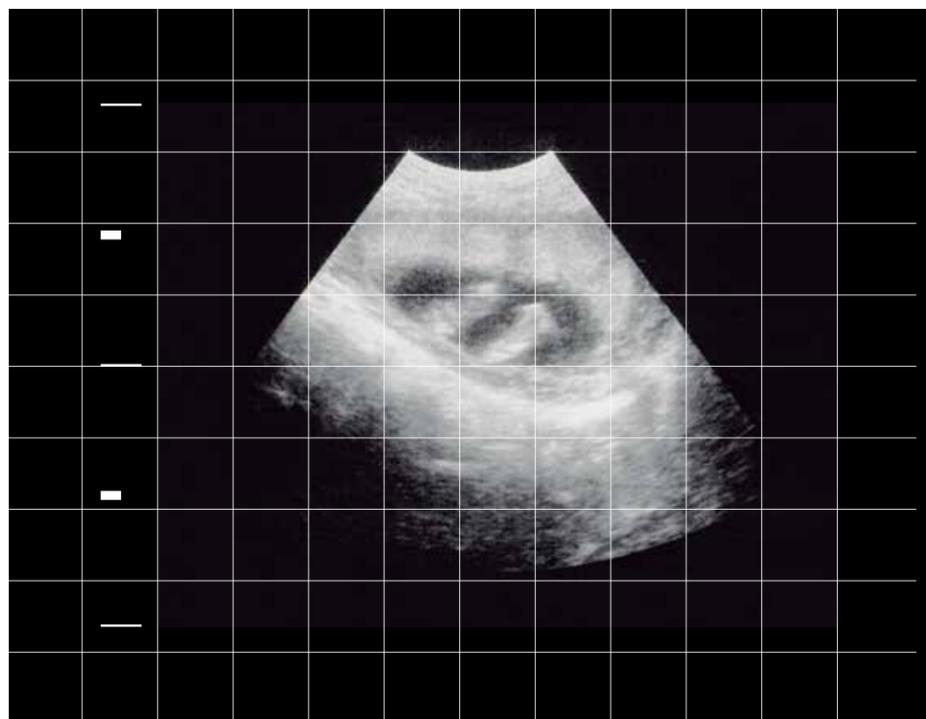
Com o objetivo de oferecer atendimento de saúde à mulher vítima de violência, o Ministério da Saúde publicou em 2005 uma norma técnica para orientar o aborto legal. Estima-se que, hoje, 30 instituições prestem esse serviço – a maioria localizadas em regiões metropolitanas. Muitas chegam aos centros de atendimento sem qualquer informação, apenas em busca de ajuda. “Em um prazo máximo de até 72 horas após a violência, ela recebe o coquetel para doenças retrovirais e o anticoncepcional de emergência”, afirma Carolina. Segundo a psicóloga, é realizado um acompanhamento psicossocial por seis meses. “O problema é que nem todos oferecem o

serviço da forma como foi protocolado”, pontua. Em sua pesquisa de doutorado, a especialista aferiu que cem por cento das mulheres vítimas de violência desejam realizar o aborto imediatamente após a descoberta da gravidez. “Carregar o feto de uma gestação fruto da violência é uma experiência traumática”, afirma. Caso a mulher busque atendimento após 20 semanas do ocorrido, os serviços não realizam o procedimento.

O Hospital de Clínicas da Unicamp, que oferece o serviço desde 1998, atende também as mulheres que já tentaram realizar a prática de forma ilegal. A promotora de Justiça, Fabiana Paes, afirma que a mulher vítima de violência não precisa apresentar o boletim de ocorrência para ter acesso ao serviço. A equipe de atendimento psicossocial deve se responsabilizar pelo acolhimento da vítima. No âmbito da medicina, a interrupção da gravidez não encontra tantos obstáculos quanto na área jurídica. De acordo com uma pesquisa da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrago), apenas 16% dos ginecologistas de todo o País são contrários a mudanças na lei do aborto. Em

Campinas, São Paulo, existe desde 2001 o projeto Iluminar, para ajudar as vítimas de violência sexual por meio da conscientização de guardas municipais e unidades básicas de saúde. “Precisamos começar a quebrar barreiras morais e religiosas”, entende a psicóloga. Em 2016, ocorreram 1.681 abortos legais pelo SUS no Brasil. Em 2015, esse número foi de 1.283. De acordo com os dados, 98% das vítimas de agressão sexual que chegam ao serviço de saúde têm depressão, ansiedade e estresse pós-traumático. Após o acompanhamento psicológico, esse índice cai para 20%.

Na capital paulista, o Hospital Pérola Byington é uma das poucas instituições especializadas na prática. Desde 1992, o Serviço de Violência Sexual e Aborto Legal ajuda mulheres vítimas de violência. A média de atendimentos é de 130 por ano, e 40% deles são realizados sem boletim de ocorrência. “A mulher chega e faz um ultrassom para avaliar a idade gestacional, depois, ela é levada a um assistente social para relatar as circunstâncias da violência sexual”, afirma Daniela Pedroso, psicóloga e coordenadora do setor de psicologia do Serviço de Violência Sexual e



Aborto Legal do hospital. “Trabalhamos com a presunção da veracidade, mas elas assinam um termo em que se responsabilizam no caso de a informação sobre o estupro não ser verdadeira.”

PEQUENOS AVANÇOS

Apesar da recente guinada contrária à descriminalização do aborto no Brasil, em 2016, o Supremo tribunal Federal (STF) tomou decisão favorável à autonomia da mulher. Em novembro daquele ano, a Suprema Corte negou a prisão preventiva de dois acusados pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro pela suposta prática de crime de aborto com o consentimento da gestante. O ministro Luís Roberto Barroso declarou que a criminalização é incompatível com os direitos sexuais e reprodutivos da mulher. Ele reforçou também que a criminalização do aborto antes do terceiro mês de gestação impacta, sobretudo na vida de mulheres de baixo poder aquisitivo. Em sua fala, Barroso afirma não se tratar de uma defesa da disseminação do procedimento, pelo contrário. “É uma prática que se deve evitar até pelas complexidades físicas, morais e psíquicas”, destaca. “Por isso, é papel do Estado oferecer educação sexual, distribuição de meios contraceptivos e amparo à mulher que deseja ter um filho e esteja em circunstâncias adversas.”

Uma pesquisa recente do instituto Datafolha apontou que o número de brasileiros favoráveis à descriminalização do aborto aumentou de 23% em 2016 para 36% em 2017. Apesar no crescimento de 13%, o número ainda é bem inferior aos 57% que concordam com a punição do aborto ilegal. Dos entrevistados, 7% não souberam se posicionar. Nas situações em que a interrupção da gravidez é permitida por lei, 61% consideram o procedimento aceitável. O levantamento constatou que o grupo mais favorável à descriminalização é formado por jovens, com alta escolaridade e alta renda familiar. Entre os brasileiros que completaram o ensino fundamental, 71% acreditam que as mulheres devem ser punidas. Já

entre as pessoas que possuem ensino superior, a taxa cai para 34%. Na mesma linha de outros estudos, a pesquisa revelou a relação entre religião e abortamento: 65% dos evangélicos são a favor da prisão para quem opta pela prática. Entre os ateus, o índice cai para 17%. “O entendimento com base na saúde pública não é o partilhado pela maioria da população”, diz Carolina, que analisou a variável da religião no processo de tomada de decisão.

Para se ter uma ideia da extensão do vaivém de entendimentos, o mesmo STF que negou a prisão de profissionais de uma clínica de abortamento no Rio de Janeiro negou uma liminar da estudante de Direito pelo ProUni, Rebeca Mendes Silva, 30 anos, para abortar. Com o avanço da gestação, ela passou a buscar soluções para o abortamento em outros países da América Latina. Convidada para um seminário organizado pelo Consórcio Latinoamericano contra o Aborto Inseguro – uma ONG na Colômbia voltada às pesquisas de direitos reprodutivos –, Rebeca aproveitou que o procedimento é legalizado no país e o realizou. Dessa forma, ela não poderia ser punida no Brasil.

O aborto foi feito legalmente na Colômbia após a apresentação de um laudo médico atestando que a estudante se encontrava num quadro de ansiedade e estresse, que poderia evoluir para depressão moderada ou grave. Em Portugal, por exemplo, desde 2007 é permitido até a décima semana de gestação. Espanha, Holanda, França, Estados Unidos e até a China são países em que a prática é legalizada. Outros vizinhos latino-americanos também têm se debruçado sobre o tema recentemente. O Chile acabou com a antiga proibição total do procedimento, descriminalizando o aborto quando a vida da mulher estiver em risco, se a gravidez for resultado de estupro e quando o feto não sobrevive fora do útero. Na Bolívia, parlamentares votaram pela redução das restrições ao aborto, permitindo que adolescentes acessem os serviços de interrupção de gravidez durante as primeiras oito semanas.

PROJETO EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO PÕE EM XEQUE ATÉ MESMO A INTERRUPTÃO DA GESTAÇÃO PREVISTA EM LEI – CASOS DE RISCO À VIDA MATERNA, ESTUPRO E ANENCEFALIA. SE APROVADO, O BRASIL RETROCEDE EM RELAÇÃO AOS DEMAIS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

&

C

COMO ESCAPAR DA ARMADILHA DA RENDA MÉDIA?

Estamos presos na armadilha da renda média. Isso significa que, como muitos outros países, conseguimos sair da pobreza, mas empacamos. O passo seguinte seria convergir com o resto do mundo desenvolvido. Poucos países conseguiram fazer isso nas últimas décadas. Entre os casos de sucesso, temos Espanha, Portugal, Coreia do Sul, Japão e, em certa medida e próximo de nós, o Chile, na América Latina.

Um país é pobre quando não consegue mobilizar fatores de produção. Ele pode chegar até a renda média pelo processo de acumulação de fatores produtivos, como capital, trabalho e recursos naturais (nesse caso, acumulação significa exploração). Com base nisso, porém, somente produtividade e tecnologia podem levar uma nação a um próximo salto. E é aí que o Brasil está. Já somos um país industrial, no qual a maior parte dos recursos produtivos é explorada. Já temos indústrias, fazendas, empresas de petróleo e mineração etc. Somos muito diferentes de um país como o Haiti, por exemplo. O que nos falta? Produtividade! É por isso que Paul Krugman, conhecido Prêmio Nobel, diz que “no longo prazo, produtividade é quase tudo”.

No Brasil, escapar da armadilha da classe média significa, principalmente, desbloquear os obstáculos ao nosso crescimento. Estamos empacados há 50 anos – nossa produtividade não cresce de forma sustentada desde a década de 1970, quando acabamos de dar nosso salto de industrialização.

Por isso, é importante observar que o que funcionou no passado simplesmente não vai funcionar hoje. Vimos isso com os gastos bilionários em estímulos via transferências do Tesouro, desonerações dos mais variados tipos e a megalomania do pré-sal. Com essas políticas, não iremos a lugar nenhum.

Aqui estão as condições para a saída do Brasil da armadilha da renda média. Elas são citadas em ordem alfabética e todas são importantes, constituindo uma espécie de “decálogo” do ro-

teiro para o progresso: 1 – competição; 2 – desburocratização; 3 – educação; 4 – eficiência do gasto público; 5 – infraestrutura; 6 – instituições; 7 – justiça distributiva; 8 – normas sociais; 9 – segurança; e 10 – sustentabilidade.

Obviamente, tudo isso será mais fácil se tomarmos um choque de capitalismo e nosso ambiente macroeconômico for estável. Capitalismo, bem entendido, não no sentido ideológico da palavra, mas o pragmático. Deixemos as pessoas se arrisquem. Precisamos de instituições melhores – juizes fazendo greves quando são os mais ricos da sociedade mostram o quanto nossas instituições são frágeis. Nosso modelo requer avanços tecnológicos, mas não colocamos a pesquisa e o desenvolvimento entre as variáveis que importam. Isso porque inovação é consequência das mudanças que propomos. Mudemos a forma de fazer negócio, abrindo a economia e estimulando a competição interna, e as empresas irão inovar. Tornemos centrais as instituições, fazendo com que elas funcionem em vez de extrair recursos da sociedade, e as melhores tecnologias avançarão. Mudemos a responsabilização individual, e a produtividade aumentará. Melhoremos a eficiência do gasto público, e a poupança para permitir novas empresas responderá. E devemos fazer isso com justiça distributiva e respeitando o meio ambiente. Temos uma das piores desigualdades do mundo.

Devemos amparar e dar oportunidade aos mais pobres. A competição e outras reformas curam muitos males. Sem soluções do passado ou industrialização da década de 1960. Sem capitalismo de compadrio e grupos de interesse. Sem proteção nem paternalismo às empresas. Sair da armadilha da classe média não é fazer novas indústrias, mas mudar a sociedade.

&



RODRIGO ZEIDAN

é professor na New York University Shanghai e na Fundação Dom Cabral. É autor de *Economics of Global Business* (MIT Press).

FABIO GIAMBIAGI

é economista-chefe do BNDES e autor e organizador de mais de 25 livros sobre economia brasileira.

B



texto IRACY PAULINA

Caminho para a igualdade

R “Rainha do lar”. A filósofa Marcia Tiburi sempre achou curioso o uso dessa expressão, quando cursava o colégio, para elogiar a figura materna no Dia das Mães. “Vendo como minha mãe vivia e como se queixava do trabalho em casa e fora dela – percebendo que ela não recebia tratamento algum de rainha, pelo contrário, vivia nas piores condições cuidando de cinco filhos –, eu me perguntava por que estavam tentando nos convencer de uma ideia como aquela, que tinha ares de universal, se na prática tudo era bem diferente”, escreve ela no livro *Feminismo em comum – para todas, todes e todos*, lançamento que marca o retorno do selo feminista Rosa dos Tempos, criado na década de 1990 pela escritora e feminista Rose Marie Muraro (1930 – 2014) e a atriz Ruth Escobar (1935 – 2017).

Em tom de crônica e manifesto, Márcia aborda o potencial transformador do movimento. Não apenas como um caminho para tirar a mulher da-

Simone Marinho/divulgação



Feminismo em Comum – Para Todas, Todes e Todos. Editora Rosa dos Tempos

quele lugar contraditório que ela percebia quando adolescente, mas como a “chave de acesso a um mundo melhor” para todos, independentemente do gênero. Segundo ressalta, o feminismo passou por uma ressignificação ao longo do século 20, aprofundando-se cada vez mais, sobretudo pela incorporação das questões de classe social e raça.

Para a autora, é necessário integrar sujeitos para que se cumpra o potencial transformador do movimento. “E por que acredito nisso? Porque, como tento demonstrar no livro, o feminismo é uma ética-política madura e completa, corajosa e aberta, que pode desmontar o patriarcado como sistema de privilégios e de violência em relação a todos os gêneros e sexualidades que não se encaixem no paradigma da heteronormatividade dominante.”

&



A REVOLUÇÃO DA **CONTRACULTURA**

A Era de Ouro do capitalismo, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início das crises que se sucederiam a partir do início da década de 1970, revelou agudas contradições entre a prosperidade material alcançada em países industrializados do Ocidente e a situação opressiva a que estavam submetidos vastos setores da sociedade, como os negros nos Estados Unidos e as mulheres em toda a parte.

texto HERBERT CARVALHO

O

Os jovens de classe média, que acessavam massivamente a universidade para atender à exigência de mão de obra cada vez mais qualificada e se transformavam em elemento propulsor do consumo de roupas, discos e carros, davam mostras de rebeldia e se negavam a reproduzir os valores de seus pais.

De repente, numa conjuntura mundial marcada pela Guerra Fria e pela descolonização de países da Ásia e da África, todas essas tensões explodiram na década de 1960, um dos momentos decisivos do século 20, trazendo à baila questões em moda ainda hoje: a condição feminina, o racismo, a degradação ambiental, a desigualdade social e o espectro da guerra, inclusive nuclear.

Há 50 anos, porém, vozes se ergueram e multidões marcharam com a certeza de que os valores vigentes podiam (e deviam) ser modificados. Para isso, propunham uma cultura diferente e libertária dos comportamentos humano e social que vigoravam até então, um movimento chamado “contracultura”. Assumidamente utópica, essa corrente do pensamento contemporâneo foi sintetizada pelo pastor Martin Luther King Jr.: “Eu tenho um sonho, apenas um: seguir sonhando. Sonhar com a liberdade, com a justiça, com a igualdade e oxalá já não tenha a necessidade de sonhá-las”.

Dessa forma, movimentos contraculturais como o dos hippies fizeram do meio ambiente um tema que não pode ser ignorado. Não eliminaram o racismo, mas tornaram intolerável a segregação racial. Sepultaram em duas décadas o preconceito milenar de que mulheres eram cidadãs de segunda classe ou de que pessoas podem ser discriminadas por sua inclinação sexual ou de gênero.

A trilha sonora dessas jornadas marcadas também pela alegria e pela liberação sexual e dos costumes foi o tipo de música que os negros norte-americanos praticavam há décadas em conjuntos formados por bateria e instrumentos elétricos, mas que, para se tornar palatável aos círculos adolescentes de comunidades brancas, foi batizado de “rock and roll”.

Betty Friedan, ativista autora de *A mística feminina* e fundadora da *Organização Nacional das Mulheres*



Fred Palumbo, World Telegram

NOS QUATRO CANTOS DO PLANETA, VALORES QUASE PERENES PASSARAM A SER QUESTIONADOS E ATÉ COMBATIDOS, REVELANDO UMA NOVA ORDEM MUNDIAL, EM QUE HÁ ESPAÇO PARA A ECOLOGIA E PARA A IGUALDADE DE GÊNEROS E NÃO CABE RACISMO

Assumido por intérpretes brancos, desde Elvis Presley até The Beatles e The Rolling Stones, o rock, ao lado do sexo e de drogas como LSD e maconha, fazia parte da estética psicodélica da contracultura. Esta é situada historicamente, por isso mesmo, entre a chegada ao primeiro lugar nas paradas de sucesso dos Estados Unidos (EUA) da canção “A Hard Day’s Night”, dos Beatles, em 1962, até a retirada das tropas americanas e o fim da Guerra do Vietnã, no início da década de 1970.

DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Em 1963, o fim da escravidão nos Estados Unidos já completava cem anos, mas ainda era comum o linchamento de negros. Nos Estados do sul imperava não apenas uma legislação de segregação racial, mas todo um aparato ideológico destinado a manter parte da população à margem.

Essa situação começou a mudar em 1955, quando a ativista Rosa Parks se recusou a ceder seu assento no ônibus a um homem branco, como determinava a Lei de Montgomery, Alabama. É aí que o pastor Luther King assumiu a liderança do Movimento pela Liberdade e os Direitos Civis. Sua tática baseada na desobediência civil e na resistência não violenta seria um dos pressupostos éticos da contracultura.

Os Freedom Rides – ônibus com passageiros brancos e negros voluntários sentados juntos – e a ocupação dos restaurantes segregados por afro-americanos, que se mantinham impassíveis ante as agressões dos brancos e da polícia, culminaram em agosto de 1963 com a marcha de 250 mil pessoas em Washington, onde ele proferiu seu famoso discurso “Eu tenho um sonho”. Nesse mesmo ano, o presidente John F. Kennedy enviou ao Congresso o projeto do mais significativo avanço dos direitos humanos da história dos EUA: a Ata dos Direitos Civis, que, após o seu assassinato, foi assinada em 2 de julho de 1964 pelo sucessor Lyndon B. Johnson.

Em paralelo à ascensão do movimento negro, a juventude entrou em ebulição. Foi o início da revolta estudantil, que teve seu estopim na Universidade de Berkeley, na Califórnia, com o surgimento do Free Speech Movement (“Movimento pela Liberdade de Expressão”). Focados inicialmente na democratização do ensino, os estudantes logo se voltaram contra a escalada do país na nunca oficialmente declarada Guerra do Vietnã, que de 17 mil soldados sob Kennedy tinham saltado para 120 mil na administração Johnson.

Simultaneamente, em São Francisco, também na Califórnia, surgia o movimento hippie, originado do termo *hip*, utilizado em inglês para

Travis Britt, Rosa Parks, Miss Mary Hamilton, Ruth Moskowitz e Martin Luther King



Fotos: Wikimedia Commons

designar “vanguarda” e “novas tendências”. No contexto dos EUA no período, servia também para diferenciar os hippies da precedente boemia beatnik, já que os gurus intelectuais – Allen Ginsberg, William Burroughs e Jack Kerouac – eram os mesmos.

A prática, porém, foi radicalmente distinta: enquanto os beats eram artistas que escutavam jazz e se vestiam de maneira convencional, os hippies ouviam rock, portavam longas cabeleiras e roupas extravagantes ornadas com flores. No lugar de álcool, tomavam LSD, sigla em inglês para dietilamida de ácido lisérgico, alucinógeno semelhante à mescalina cujos efeitos poderiam abrir “as portas da percepção”, de acordo com a definição do escritor Aldous Huxley. O uso da substância, proibida nos EUA em 1966, foi batizado nos círculos intelectuais como “experiência psicodélica”, neologismo derivado do grego que significa “revelador da mente”.

A partir do chamado “verão do amor”, em São Francisco, em 1967, os hippies repudiavam a competição e o individualismo típicos dos EUA para recuperar a noção de coletivo: passaram a viver em comunas nas quais a propriedade privada chegava a ser abolida e até roupas eram compartilhadas. Pioneiros na crítica do desenvolvimento que destrói o planeta, tentaram ser autossuficientes na produção de alimentos sem agrotóxicos, denunciados em 1962 pela bióloga Rachel Louise Carson no livro *A primavera silenciosa*, marco teórico inaugural dos movimentos ecológicos e ambientalistas.

QUESTÃO DE GÊNERO

Duas novidades favoreciam o movimento de liberação feminina na década de 1960: a pílula anticoncepcional e os eletrodomésticos, que simplificavam diversas tarefas. Parte ativa de todos os movimentos e marchas pelos direitos civis e contra a guerra, as mulheres, entretanto, continuavam sendo cidadãs de segunda categoria. Eram consideradas virtuosas enquanto mães, filhas ou esposas, mas incapazes de tomar decisões. Eram proibidas de entrar desacompanhadas em hotéis, clubes e bares.

Essa situação começou a mudar em 1963 com a publicação de *A mística feminina*, de autoria da ativista Betty Friedan, também fundadora da Organização Nacional das Mulheres – Now, na sigla em inglês. Best-seller imediato, o livro constituiu a crítica pioneira sobre o papel da dona de casa, caracterizado como algo abaixo das necessidades intelectuais e das capacidades e potencialidades da mulher.

Finalmente, o último dos movimentos contraculturais da década teve como marco inaugural a data de 27 de junho de 1969. Nesse dia, frequentadores do bar Stonewall Inn, reduto gay no bairro de Greenwich Village, decidiram revidar a violência sofrida pela polícia de Nova York. Nascia o movimento

pela liberdade de homossexuais, bissexuais e transexuais, que conquistou uma legislação antidiscriminatória.

FESTIVAL DE WOODSTOCK

A década terminou, nos EUA, com o mais grandioso evento da contracultura: o Festival de Woodstock, no qual durante quatro dias, de 15 a 18 de agosto de 1969, 500 mil jovens cantaram, dançaram, meditaram, fizeram sexo e gritaram palavras de ordem em favor da paz (*make love, not war*, “faça amor, não guerra”, a mais famosa delas) enquanto ouviam artistas como Jimi Hendrix e Janis Joplin.

Do outro lado do Atlântico, o ano de 1968 também deixou suas marcas no Maio Francês – revolta estudantil habilmente contornada por Charles de Gaulle – e na Primavera de Praga, esmagada por tanques russos. Na América Latina, o massacre ocorreu em Tlatelolco, dez dias antes da abertura das Olimpíadas na Cidade do México, com centenas de manifestantes metralhados pela polícia.

No Brasil, os estudantes também estavam nas ruas e protestavam contra a ditadura – instalada quatro anos antes e

A DÉCADA DE 1960 É A MAIS CRUCIAL DO SÉCULO 20. PROBLEMAS LOCAIS SE FUNDIRAM ÀS ASPIRAÇÕES DE JOVENS INSATISFEITOS COM O PANORAMA QUE TINHAM PARA DAR ORIGEM A MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA AO *STATUS QUO*

que duraria até 1985. Em março de 1968, a polícia matou um deles – Edson Luis de Lima Souto, de 17 anos – no Rio de Janeiro, provocando em resposta a “passeata dos 100 mil”, que tinha artistas como Chico Buarque de Holanda e Caetano Veloso (então com 24 e 26 anos, respectivamente) na linha de frente.

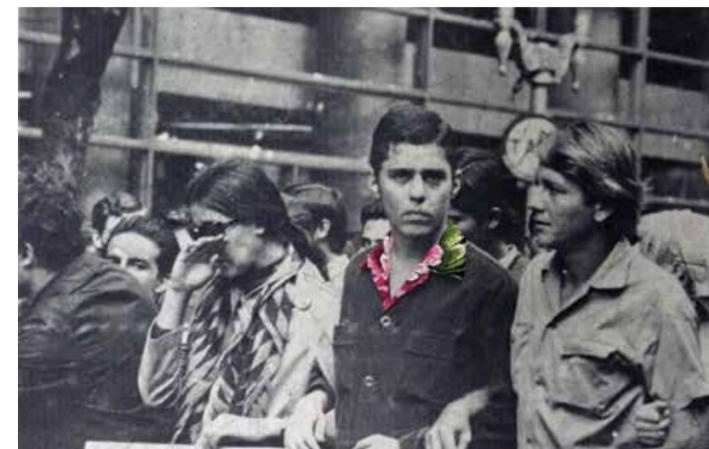
No campo das artes, enquanto na Broadway a peça *Hair* chocava o público pelas cenas de nu explícito, em São Paulo o escândalo ficava por conta de *Roda viva*, de Chico Buarque, com encenação dirigida por José Celso de Martinez Corrêa. O enredo antropofágico despertou a ira do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que invadiu o Teatro Ruth Escobar, destruiu o cenário e espancou os atores.

No Festival Internacional da Canção, Caetano Veloso foi vaiado ao apresentar a música “É proibido proibir”, cujo título reproduz um dos slogans grafitados nas ruas de Paris. A juventude brasileira radicalizada não queria mais saber de paz e amor e lotou o Maracanãzinho para cantar “Caminhando”, que abertamente provocava os militares: “Há soldados armados/ Amados ou não/Quase todos perdidos/De armas na mão/Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição/De morrer pela Pátria/E viver sem razão”.

Desafiados os próprios generais dirigentes do golpe de 1964 já tinham sido em setembro pelo deputado Marcio Moreira Alves, que acusou o exército de se tornar “um valhacouto de torturadores”. Quando em 12 de dezembro a Câmara Federal negou a licença para processá-lo, foi baixado no dia seguinte, uma sexta-feira 13, o Ato Institucional n.º 5.

Para os brasileiros, 1968 acabava ali: as passeatas, o tropicalismo, as cabeleiras e o amor livre davam lugar a prisões arbitrárias, censura, exílio e desaparecimentos. Mas o título do livro de Zuenir Ventura, *1968 – o ano que não terminou*, sugere que as lutas e os anseios por um mundo melhor continuaram vivos. Afinal, “são as utopias que nos fazem avançar”, garante outro escritor, o uruguaio Eduardo Galeano.

Fotos: Folhapress



Ensaio de Roda Viva, musical de Chico Buarque de Holanda dirigido por José Celso Martinez Corrêa, no teatro Galpão, em São Paulo (SP)

Chico Buarque de Holanda e Arduino Colasanti (protagonista de El justicero) participam da “passeata dos 100 mil”, manifestação de estudantes, intelectuais e diversos setores de atividade da população contra a violência, no Rio de Janeiro (RJ) em 26 de junho de 1968

&

FRONTEIRA DA DESIGUALDADE

texto FILIPE LOPES



Tuca Vieira/Folhapress

A divisa entre o bairro do Morumbi, um dos mais nobres da capital paulista, e a favela de Paraisópolis, a segunda maior da cidade e a oitava mais populosa do Brasil, é um símbolo da desigualdade social brasileira. De um lado, condomínios luxuosos. No sentido oposto, pobreza extrema.

Na comunidade, cerca de 60 mil pessoas (há disparidade entre os dados do IBGE e de entidades locais) vivem em uma área de 798 mil metros quadrados, com 50% das ruas sem asfalto e 75% das residências sem rede de esgoto. No bairro, a população de 32 mil habitantes se distribui em um espaço de 11,4 quilômetros quadrados, onde o metro quadrado custa R\$ 6 mil. A ocupação irregular no distrito de Vila Andrade começou na década de 1950, com a invasão de terrenos vazios por migrantes nordestinos atraídos pelo emprego na construção civil. Quase 70 anos depois, o cotidiano local ainda é puro contraste.

Em foto de 2004, o prédio Paço dos Reis construído em 1970 com sacadas espirais voltadas à Paraisópolis, o que faz da favela seu quintal particular

UM BOM DEBATE PODE REFORÇAR OS SEUS ARGUMENTOS DE VENDA.

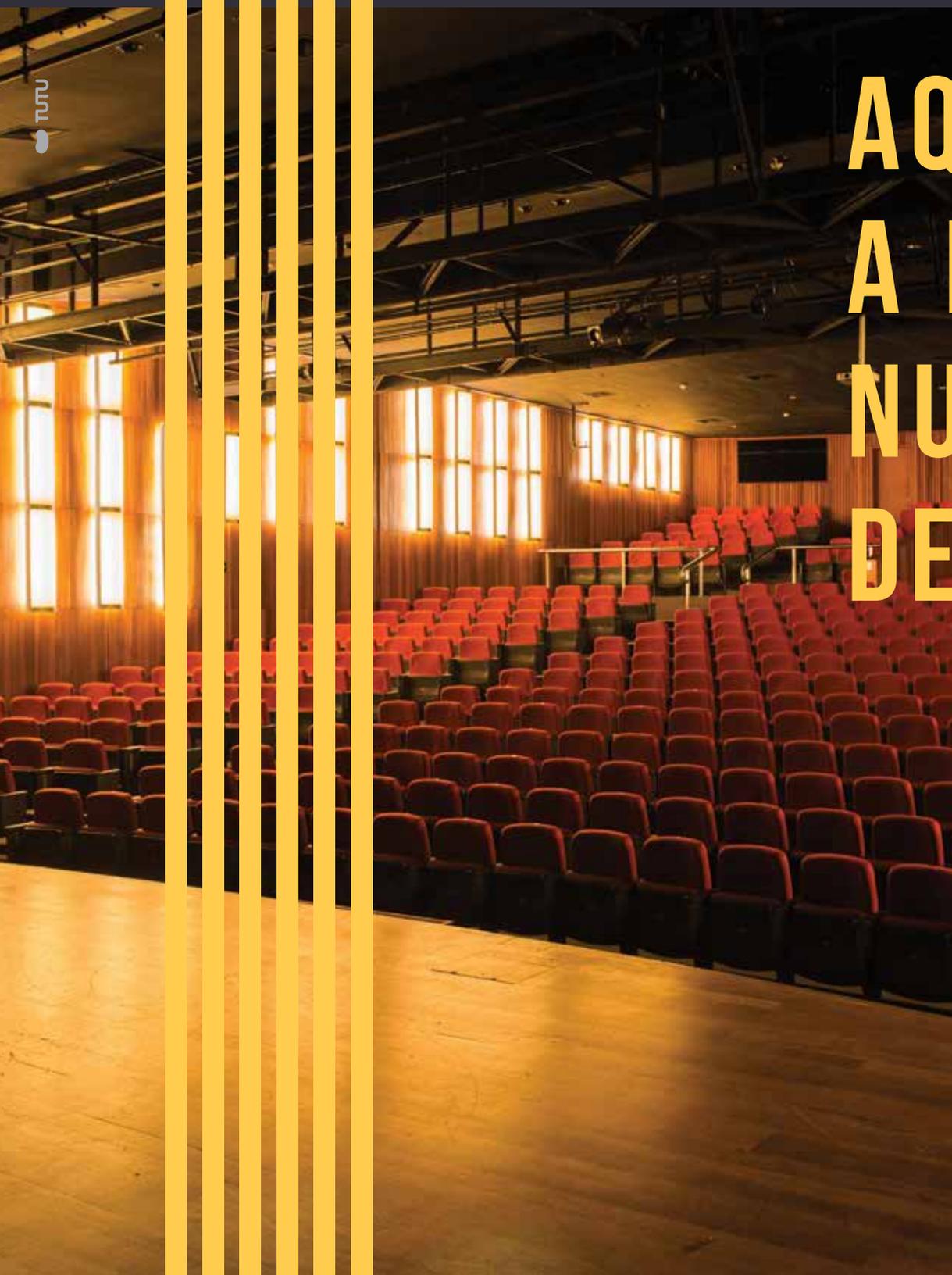
ANUNCIE

São 15,5 mil exemplares bimestrais que impactam empresários, formadores de opinião, comunicadores, educadores e estudantes que valorizam o debate de questões essenciais para o País.

Ou seja, um público altamente qualificado para você falar sobre o seu produto.

FALE COM A LEMÍDIA
TEL.: (11) 3078.5840
ATENDIMENTO@LEMIDIA.COM

PB
PROBLEMAS BRASILEIROS



AQUI, A EMOÇÃO NUNCA SAI DE CENA.

Drama, comédia,
musical e tragédia.
Textos clássicos
e contemporâneos.
Grandes diretores,
atrizes e atores.
Montagens
inesquecíveis.
Espetáculos
marcantes.
Um palco em que
o teatro ganha vida.
Um teatro em que
a emoção está
sempre em cartaz.



TEATRO RAUL CORTEZ

CONFIRA NOSSA PROGRAMAÇÃO

Acesse www.fecomercio.com.br/institucional/teatro-raul-cortez
ou ligue para [11] 3254.1631 ou [11] 3254.1632

R. DR. PLÍNIO BARRETO, 285. BELA VISTA – SÃO PAULO, SP. ESTACIONAMENTO NO LOCAL